

ESTUDANTES



FACULDADE DE DIREITO



Setembro ~ 1956

*De 378834
Ex 3
8949104*

ESTUDANTES

Órgão Oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito
da Universidade do Recife

RECIFE

SETEMBRO — 1956

DIREÇÃO:

PAULO MONTEIRO DOS SANTOS

REITOR DA UNIVERSIDADE DO RECIFE:

JOAQUIM IGNACIO DE ALMEIDA AMAZONAS

DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO:

JOSE' SORIANO DE SOUSA NETO

PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ACADÊMICO:

GIL TEOBALDO DE AZEVEDO

(eleito Secretário Geral da União Nacional dos Estudantes)

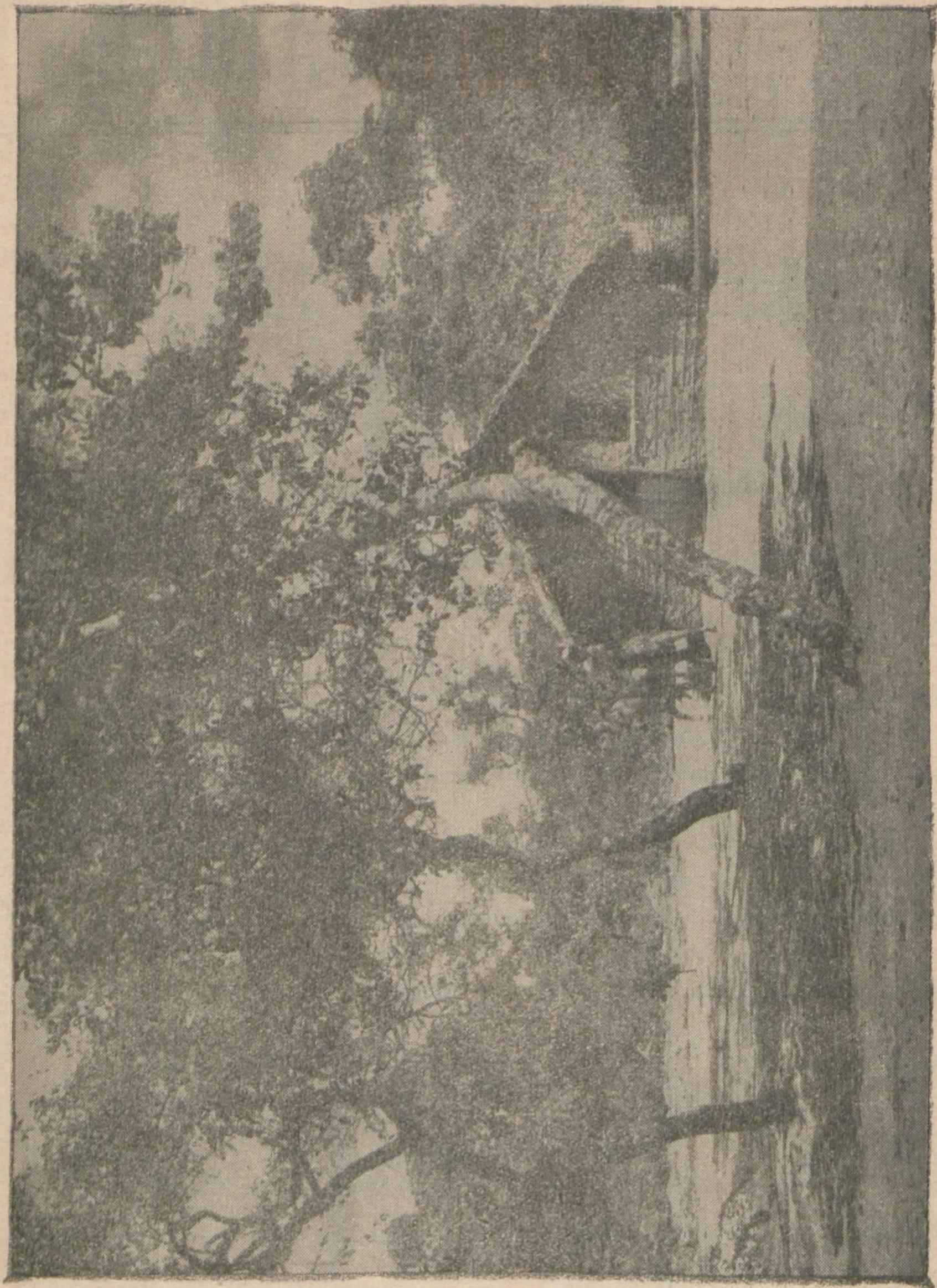
PETRONILO MARIA SANTA CRUZ OLIVEIRA

SUMARIO

ESTUDANTES

Ruy Antunes	Crise do Direito	3
Soriano Neto	Discurso à Mocidade	5
Carlos Pena Filho	Soneto	6
Barbosa Lima Sobrinho	Professôres do meu Tempo	7
Vamireh Chacon	A Tragédia da Unidade Alemã	10
Manuel Bandeira	Carta	14
Olívio Montenegro	O Professor	16
F. A. Bandeira de Melo	Na Circunstância Última do Amargo	17
Anibal Fernandes	Trechos de Memórias de um Estudante	18
P. Corrêa de Oliveira	Missão Hodierna das Elites Tradicionais	21
Luiz de França C. Lima	A Poesia e a Linguagem: uma Introdução	25
Gilberto Amado	Considerações aos Jovens em Procura de uma Carreira	28
Eduardo Portella	Um Crítico Literário	33
Cícero Dias	Abecedário	35

CRIZE DO



MOCAMBO PRAIEIRO

Só dizer-se que o fluir dos anos e o encanecer das témporas quase sempre operam implacavelmente sobre os homens, destruindo as melhores ilusões, afogando entusiasmos, maltratando ternas esperanças; e que por isso mesmo, homem maduro significa homem cético. Que experiência é desengano, donde a conclusão melancólica do viver como progressão inexorável para o desalento.

No tocante à vivência profissional—notadamente a do Direito—semelhante afirmação parece adquirir ainda maior ênfase.

Não são poucos os profissionais do Direito amargados com a carreira escolhida, a insistir, em tom raveliano, sobre o violento contraste entre a imaculada alvura das crenças no Direito que alimentavam quando jovens e o negrume aterrador de suas convicções atuais.

Sei mesmo de velho e honrado magistrado que no dia imediato ao da sua aposentadoria buscava com açodamento quem lhe quisesse adquirir os livros de Direito: anunciava que o produto da operação seria revertido na compra de bois e cabras que lhes dariam maior lucro e prazer que os tratados jurídicos.

De muitos outros sei não vestidos de tão desenvolta fraqueza; mas que, invocando a temática da crise do Direito, há 50 anos apregoada, referem-se freqüentemente à ineficácia das leis e à desvalia da Justiça como instrumentos para solução das controvérsias humanas.

Correspondesse semelhante sentir a uma correta tomada de posição face ao problema do Direito e nada seria mais insincero nem menos digno de louvor que o mistér do ensino jurídico, eis que, nesse caso, a missão das Faculdades resolver-se-ia, afinal, na formação de milhares de seres inúteis socialmente, quando não, farsantes autênticos.

De minha parte, diferentemente, confesso-vos que se iniciei o meu aprendizado do Direito com entusiasmo, hoje, numa etapa mais avançada dêsse aprendizado, lamento apenas a minha insuficiência para aprender a gigantesca mole de conhecimentos que a ciência jurídica totaliza. E tenho por certo que é preciso conhecer o Direito para amá-lo; enquanto não nos aproximamos, pelo menos, dêsse conhecimento, somos levados a confundir o todo com a parte; a identificar levemente a ciência do Direito com as vicissitudes de sua aplicação quotidiana. Assim, com uma ligeireza confrontante da irresponsabilidade, localiza-se um instituto esclerosado ou até simples dispositivo anacrônico e se pontifica a imprestabilidade do Direito; descobre-se uma erronia de tribunal e se proclama triunfalmente a impossibilidade da realização da Justiça no mundo dos homens.

Com êsse estado de espírito que se generaliza a olhos vistos, contagiando a própria juventude das academias, desejaria advertir-vos por isso, escolhi como te-

CRISE DO DIREITO

Ruy Antunes

ma para preleção, "A crise do Direito: desacôrto da proposição". ...

Os que sustentam a tese da crise do Direito no nosso tempo, conduzem mais ou menos assim o raciocínio corroborante:

Argumenta-se, em primeira plana, que a necessidade de segurança é a motivação primária do Direito; que a essência do jurídico corresponde à função de segurança que desempenha ao impor, irrefragavelmente, formas de comportamento convergentes para a realização de determinados fins.

Segurança jurídica é certeza de relações, conhecimento prévio das possíveis consequências de um fazer ou omitir; acentuando a sua importância, diria BENTHAM constituir a segurança o objeto principal das leis, e dêsse sentir não discrepariam, no fundamental, os teóricos posteriores.

Nem sempre, todavia, a compreensão da certeza se detém na exigência do conhecimento antecipado da norma; às vezes acrescenta-se-lhe ainda a constância e uniformidade de sua aplicação, além de uma estabilidade confirmada da perenidade.

Sequaz de tal orientação, dizia o jurisconsulto PAULO não se dever mudar as cousas que sempre tiveram uma interpretação certa; pela mesma trilha, a tomística resolvia a *quaestio* atinente ao problema da mudança das leis, no sentido de admitir a substituição dos preceitos em três únicos casos especiais:

— quando fôsse o novo estatuto de máxima e evidentíssima utilidade;

— quando houvesse máxima necessidade; ou

— quando a lei vigente contivesse manifesta iniquidade ou fôsse sumamente nociva a sua observância.

Entre os contemporâneos, e para lembrar somente alguns nomes a título de ilustração, LOPES DE ONATE assera que "a contínua mutação elide a certeza porque elide a confiança na vontade do Estado como vontade permanente e constante que é o único caráter verdadeiro do Estado ético"; SAVATIER comenta que "quando a lei e o Direito mudam frequentemente, desaparece toda a segurança para os jurisdicionados"; CAR-

NELUTTI declara que "toda mutação da lei representa uma turbacão de equilíbrios, um transtorno de previsões".

Eis porém que a exigência teórica da longevidade das leis vem sendo inatendida—e não somente no Brasil, onde o fato poderia ser comodamente atribuído à imaturidade do saber jurídico—mas em todos os países, a ponto de a própria Inglaterra, gradualmente, transformar-se em país codificado, tão avultado o número dos *statute law*.

Efetivamente, jorram as leis em catadupas, juntamente com os decretos administrativos, entumecendo e convulsionando o ordenamento jurídico. Atônito, o jurista tradicionalista intenta pôr ordem no que se lhe assemelha o caos, mas dificilmente atinge o objetivo, visto como os dispositivos legais se contradizem, primam às vêzes pela ilogicidade; arrebatam-se uns contra os outros, ameaçando fender os próprios alicerces do sistema vigente.

Em 1913, LAUN bradava: "aquele que diariamente e a miúdo tem de manejar com dez mil artigos a propósito do mais simples problema jurídico, não se pode valer de nenhum dêles e, em consequência, perderá todo o apreço para com a lei." Hoje, o estudioso alemão aludiria certamente não a 10.000 e sim a... 100.000 artigos.

Ao tumulto legislativo irmanasse o trepidar da jurisprudência. Os tribunais divergem com veemência na interpretação e aplicação das leis, esvaziando de qualquer conteúdo real a locução "jurisprudência mansa e pacífica."

Sobre tudo isso ajunte-se que a desejada estabilidade tampouco será entrevista na doutrina. As orientações metodológicas se degladiam; princípios e institutos seculares, tidos na conta de incomovíveis, baqueam com fragor, enquanto se assenhoream da liça proposições que o mais audaz dos teóricos sequer ousaria aventar há poucos anos.

Tendo em vista êsses fatos, parte da doutrina, inclusive por figuras do prestígio de SVATIER, DU PASQUIER, CASTAN TOBEÑAS, DEL VECCHIO, registram ter sido o Direito ferido no âmago de sua estrutura; em seu caráter de maior realce, qual o da segurança. Dizem-no então em crise e como a expressão parece exercer um fascínio negativo sobre a mente, de pronto os menos avisados proclamam a desnecessidade de qualquer esforço sério de elaboração científica do Direito. Outros, num furor, vão adiante e trovejam acerca da inutilidade das leis e da maior conveniência de serem generalizadas as soluções de força e violência.

Ouso divergir dessa tão falada crise do Direito.

"Crise — ensina FERRATER MORA — significa literalmente separação, abismo: de qualquer modo, algo que se supõe anor-

mal e singular no curso de um ser, ou melhor, de um acontecer."

Demonstrar a crise do Direito, assim, equivale a demonstrar que foi colocado em plano antitético do da normalidade.

Ora, é bem verdade que o Direito porta consigo a exigência de segurança; contudo, alberga também, como adverte TOBENAS, exigência contraditória: a da mobilidade e possibilidade de adaptação à realidade cambiante.

Para que se não considere o problema do Direito de modo unilateral, cumpre que o raciocínio assente raízes sobre ambos aqueles polos e mais no correto asserto de von IHERING, segundo o qual, "o Direito existe para realizar-se. O que não passa à realidade, o que existe apenas nas leis e no papel não é mais que um fantasma do Direito."

Atenda-se ainda a que o Direito só se realiza enquanto implexo no momento histórico. É rudimentar que norma incidente sobre o fenômeno historicamente superado, apenas vale teoricamente; não realiza missão reguladora pelo fato lapaliceano de que se não pode sujeitar o inexistente.

Sabe-se, por exemplo, que o Direito medieval acolheu numerosas modalidades de contratos territoriais e de direitos imobiliários dos quais não cogitara o Direito romano; como o Código napoleônico, por sua vez, trataria a propriedade de modo inteiramente diverso das ordenações feudais.

Evidentemente, a dissemelhança referida não se explicará através de capricho eventual do legislador. O seu fundamento está em que os fenômenos próprios de uma sociedade cuja economia repousa na agricultura, no monopólio da terra e na servidão, não se repetem numa outra fincada na exploração industrial e na mão de obra livre.

Daí, Código no século XX que reeditasse as minudentes disposições medievais aos direitos reais sobre a terra, seria Código sem vigência prática, nessa parte pelo menos. Seria comando sem obediência. Direito sem realização.

Dada hipoteticamente essa conjuntura, a vida e as relações sociais negariam as normas escritas. Os homens continuariam desenvolvendo suas atividades em consonância com o estágio da evolução histórica; anacrônico o Direito escrito, os tribunais seriam forçados a um permanente trabalho de integração da lei por via do costume, da analogia, etc. De qualquer sorte, em breve o legislador caturra, indiferente à realidade, teria de ceder o lugar a outro melhor informado e mais flexível.

Que de anormal ou singular haveria na derrogação da lei obsoleta e na elaboração de dispositivos em harmonia com o momento histórico?

Pois bem: tampouco há reprovar o Direito contemporâneo por não dotadas as suas leis da longevidade que exibiam as antigas; ou porque enfartado de disposi-

ções, ao revez dos velhos ordenamentos enxutos de preceitos.

Em verdade, até às primeiras décadas do século XIX foi lento o progresso da ciência e da técnica: relativamente simples e sem maiores perplexidades as relações entre os homens. Bem maior, portanto, a margem de previsão do legislador e logo a possibilidade de criar leis amplamente abrangedoras dos fatos.

Numa época em que a exploração industrial se resumia em pequenas oficinas onde trabalhavam de 5 a 10 artífices, os conflitos gerados da relação de trabalho poderiam ser previstos e cuidados em meia dúzia de artigos. Hoje, porém, quando uma unidade industrial concentra num só local dezenas de milhares de seres humanos, o choque de interesses, tal a grandiosidade de suas proporções, já se não deixa normar por alguns raros dispositivos. Um maciço corpo de leis e, afinal, uma disciplina jurídica autônoma se põe com vistas a reduzir a intensidade do embate. Maiores os antagonismos, maiores, mais graves, frequentes e profundas as dissensões. Mais insistentes os reclamos dos descontentes no sentido da reforma dos textos que lhes não favorecem essa ou aquela pretensão. E o clamor reivindicatório, aqui, ultrapassa de muito as petições singelas conduzidas aos Paramentos, nos anos que se seguem à Revolução de 1789, por delegações representativas de setores profissionais. Agora, imprensa, rádio, televisão, um gigantesco aparato de comunicação coletiva que o século XIX não vislumbrou, é utilizado pelos grupos interessados na modificação das leis. Não mais se concebe a feitura de códigos no remanso dos gabinetes, ao abrigo da inquietação popular. Antes de consultar os mandamentos da técnica jurídica, o legislador procura transacionar com os setores e correntes de opinião que o conduziram ao Parlamento; acende uma vela a Deus e outra ao diabo e nada mais deseja que escapar ileso à pressão esmagadora que sofre por todos os lados. Daí a incongruência de tantos dispositivos, fomentando, por sua vez, novas proposições de reforma.

Dentro dessa realidade radicalmente oposta à das épocas anteriores é que se deve colocar a problemática do Direito.

Imprecar contra a fugacidade das leis hodiernas, deblaterar contra a sua proliferação, é revelar-se inciente do atual momento histórico.

A legislação napoleônica, essa reunia as condições indispensáveis a uma vigência prolongada, porque resultante de uma situação social relativamente estável.

Nos dias correntes, entretanto, nenhuma legislação, lúcida e alimentada pretensões de longevidade, pois vivemos sob o signo da revolução. A própria construção matemática se excandece ao calor de novas concepções e se relativiza.

Como poderia o Direito realizar-se sem se transformar subs-

tancialmente? E como fazê-lo se não permitindo que no seu recesso seja travada a luta entre o velho e o novo?

Quer dizer: a proliferação legislativa, mesmo contraditória, o entrecchoque dos pronunciamentos judiciais, a peleja doutrinária, fenômenos que pretendem sintomáticos da chamada crise do Direito, antes denotam, ao nosso ver, a sua incoercível vitalidade.

Insisto: a certeza do Direito não se deve inferir do mero fato da maior ou menor duração das suas leis; ela se resolve melhor em adequabilidade. O Direito assegura na medida em que incide efetivamente. Se o impetuoso ritmo de desenvolvimento da sociedade faz germinar diariamente uma infinidade de exigências ontem insuspeitadas, fulminando mortalmente soluções até então valiosas, a certeza da desertaria, sim, do Direito que não contemplasse as novas relações. Irrecusável a conclusão: Direito certo é Direito que se renova sempre que necessário.

Senhores:

A experiência histórica, longe de confirmar a tese da perversidade intrínseca do homem, reconhece-lhe um permanente anseio de paz, de convivência tranquila. As soluções violentas tem o homem recorrido unicamente quando despossuído de instrumentos hábeis que lhe facultem sobreviver por outro modo.

Se assim é nos nossos dias, após mais de cinco milênios de experiência jurídica, reduzir-lhe a importância, omitir o seu notável progresso, seria procedimento somente justificável se outra solução mais eficaz que o Direito pudesse ser oferecida.

Ao jurista dos nossos dias incumbe, em vez de se abroquelar no virtuosismo técnico e em seu nome trombetear a crise do Direito, aproximar-se da emocionante realidade dos tempos presentes, participar com entusiasmo e destemor das aspirações da nossa era, dedicar-se infatigavelmente à causa, nobre entre todas, de tornar o Direito instrumento a serviço do progresso humano.

Que malgrado o pessimismo de certos teóricos cobra pujança o jurídico, atesta-o eloquentemente a repulsa à guerra unissonamente manifestada por todos os povos, impelindo os estadistas a buscar nos tratados, no mútuo acôrdo de vontades, a solução para as divergências internacionais.

Claro está, nos arraiais do Direito, como nos de qualquer outra ciência no setor de atividade, não faltam os desajustados. Incapazes de honesto esforço para acompanhar a torrente da cultura, encaramujam-se num saudosismo sedição.

De sua influência negativa, deveis acautelar-vos. Não permiti que a logorréia dos retrógrados logre empecer a vossa vocação para o Direito. Acercai-vos da ciência jurídica com o carinho dos enamorados. Ela não desampontará a vossa esperança.

DISCURSO À MOCIDADE

Soriano Neto

Meus queridos discípulos:

Bem posso imaginar, remontando um pouco ao passado, a ansiedade, o alvoroço, a inquietude, o ardor com que, nos cinco anos do vosso curso acadêmico, desejastes e esperastes esta hora venturosa, na qual, por entre as fulgurações e os esplendores desta solenidade incomparável, corações palpitantes, almas em frêmito, espíritos ardentes, realizais o supremo sonho da vossa adolescência.

Devo, neste instante, começar por vos fazer, lealmente, uma confissão de homem chegado à madureza sem haver logrado aprender, com insígnies e respeitáveis mestres da vida, a arte proveitosa de fingir e enganar, — a de que toda a intensidade dá alegria, que se expande nas vossas almas juvenis, flameja nos vossos olhos cintilantes e se dirige para mim em comovente irradiação sentimental, desgraçadamente não pode encontrar, no meu estado de espírito de mestre de direito, amargurado pela dura e melancólica realidade, — de eclipse da ordem jurídica nacional, — a ressonância por mim próprio ardentemente querida.

Não é d'agora, contudo, o meu desencanto da vida política brasileira, em que ingressei sob a inspiração do ideal da restauração do sistema constitucional democrático, e de que me afastei após a eleição de 1950.

O processo desse desencanto, que se desenvolveu de 1945 a 1950, pode reconstituir-se, facilmente, pelos meus discursos de paraninfo de 1947 e 1951, cujas reflexões os acontecimentos políticos posteriores vieram confirmar cabalmente.

No discurso de 1951, salientei com uma clareza, que só os cegos não enxergaram, e um vigor, que espantou as almas ingênuas, o enorme perigo, para a nossa democracia, da anulação ou destruição do poder político da elite e da entrega dos destinos do País à decisão eleitoral de uma massa primitiva, instintiva, bárbara, analfabeta, fanatizada por vinte anos de propaganda oficial da ditadura em rádios e jornais, inteiramente alheia aos nossos angustiantes problemas políticos, morais, econômicos e financeiros, e, por conseguinte, incapaz de se mover conscientemente no campo político, para obter, mediante a avisada escolha de governantes esclarecidos e probos, as soluções adequadas para aqueles problemas.

Gerou, assim, a potência eleitoral da massa duas mazelas nefandas, que infeccionaram o organismo da Nação: a aventureira

política populista de exploração de milhões de fanáticos e inconscientes e a ignóbil política de poderosos grupos financeiros apoiada na mais desvalada corrupção eleitoral de milhões de analfabetos e famintos.

Pensai um momento na indignação e revolta dramática dos verdadeiros patriotas vendo, impotentes, saírem dessas mazelas horripilantes os detentores dos poderes políticos do País.

Essa calamidade monstruosa, que de logo pressenti e denunciei abertamente, avolumou-se de lá para cá, precipitando a decomposição moral da Nação, arrastando-a, às guinadas, para o caos político, econômico, financeiro, moral e social, e levando-a, afinal, ao 24 de agosto, lógica solução das grandes forças morais de resistência à corrupção e à desordem, então vitoriosas.

Não serviu, porém, essa lógica solução do 24 de agosto, para que dela se tirasse a sábia e fecunda lição, que aconselhava e impunha, entre outras medidas, imediata, séria e rigorosa reforma eleitoral, a fim de que se eliminassem, definitivamente, aquelas mazelas, que gangrenavam a política brasileira.

Ao contrário, o que se viu é que tais mazelas continuaram, e se entenderam, e se deram as mãos, e se associaram para dominar, escravizar e explorar o Brasil; e, sob a ação patogênica dos seus germens nefastos, cada vez mais virulentos, procederam-se, em 1954 e 1955, respectivamente, às eleições para a renovação do Congresso Nacional e para Presidente e Vice-Presidente da República.

As consequências dessas eleições já estão aí diante dos vossos olhos e dispensam comentários...

Não se deve, pois, estranhar que um teórico da ciência política, colocado acima das paixões do momento e só preocupado em investigar e verificar, cientificamente, as causas que determinam e produzem os fenômenos políticos, chame a vossa atenção para a circunstância de que, agora, em vez de um 24 de agosto, tenha irrompido, inesperadamente, um 11 de novembro, dois acontecimentos político-militares tão próximos entre si e tão antagônicos nas suas inspirações, nos seus fins e nos seus resultados, a cujo entrechoque estremece, atônito e perplexo, o observador, e se rompe, fragorosamente, o desenvolvimento lógico e harmonioso da nossa história político-militar.

Como quer que seja, porém, repete-se a história antiga. Realmente, como se parece o ano 44

antes de Cristo da Roma republicana agonizante, onde se agitam os Júlios Césares, os Cassius, os Brutus, os Marcos Antônio, os Otávios, com os anos de 1954 e 1955 da nossa Terceira República em frangalhos!

Se, egresso de rápida atividade na política partidária, de que guardo as recordações mais penosas, vos transmito essas reflexões, que me sugere o cotejo entre fatos políticos de épocas diversas, faço-o tão somente para vos mostrar que o meu abandono daquela atividade não significa, de modo nenhum, frieza e indiferença em face das dúvidas e inquietações que assaltam o País, traição a um passado de idealismo e de luta pelo direito e pela liberdade, de deserção ao cumprimento de indeclináveis deveres que me impõem a consciência jurídica e o amor à minha Pátria, infidelidade aos princípios superiores da minha formação intelectual e cívica.

Sabeis, seguramente, que o não é, como acabastes de exprimir tão generosamente, evocando o meu passado de homem público, no formoso discurso do vosso brilhante orador, Fernando Vasconcelos Coêlho; porque senão o vosso idealismo e a vossa altivez de jovens cultores do direito não me teriam elevado, pela mais entusiástica, espontânea e enternecedora aclamação unânime, à honra insigne de ser vosso paraninfo.

O meu gesto de desencanto de 1950 resultou, ao revés, de dolorosa e demorada luta interior, através da qual se me formou a plena convicção de ser absolutamente inútil para o triunfo das idéias e dos princípios por que sempre pejei, a minha permanência na vida partidária de um povo ainda não amadurecido cultural e politicamente, para realizar, na sua perfeição, o regime democrático, e de que, no interesse mesmo da mocidade, muito mais vantajoso seria dedicar-me, completamente, à atividade universitária.

Com efeito, conheci, como eu, o reflexo funesto e a nociva influência sobre o ambiente universitário, particularmente sobre o da nossa Escola, da política populista, que desencadeou em todo o Brasil uma vaga pútrida de negociadismo e corrupção.

Ao transpordes, em 1951, os umbrais da Faculdade de Direito, sentistes, imediatamente, a profunda crise moral e cultural que a minava, deslustrando-lhe as tradições, perturbando-lhe as atividades e ameaçando-lhe, seriamente, os dias porvindouros.

Coincidia, justamente, o meu afastamento da atividade políti-

ca com o árduo encargo, que me confiaram ilustres companheiros, a princípio sem caráter oficial, de liderar o movimento renovador de nossa velha Casa, a fim de a restituir ao posto, que sempre lhe coube na vida intelectual da Nação, de **prima inter pares** no ensino e na cultura do direito.

Nessa tarefa, a que me dei de todo o coração, enfrentando, firme e destemidamente, os empecilhos opostos pela incompreensão, a má fé, o despeito, o ódio, contei com a vossa leal e brava colaboração. Colaboração do vosso exemplo de ordem, disciplina e estudo das matérias do curso jurídico, sobretudo do direito civil, cadeira fundamental de decisiva importância na formação científica de um verdadeiro jurista.

Recusastes, dignamente, a vossa solidariedade aos que, contrariando os mais altos interesses morais e culturais da Faculdade, resistiam, tenaz e sistematicamente, ao programa renovador da minha administração.

Jamais poderei esquecer a memorável noite de 14 de junho, agitada e pressága, sombria e carregada, anunciando a borrasca da inconsciência, da injustiça e da maldade.

Encarnando, momentaneamente, por força de um mandato sagrado, o nome, a reputação, a honra, as tradições e os destinos da mais gloriosa Faculdade de Direito do Brasil, aguardava sereno e resoluta, a luta estéril, a que me obrigavam. E, disposto a arrostar, desassombradamente, a agitação, a não recuar ante a ameaça e a insolência, nem a transigir com o insulto e a infâmia, decidi, num impulso de dignidade, que bem compreendestes e apreciastes superiormente, dar-vos ampla liberdade, para tomardes, no conflito, a posição que entendesseis.

Meia hora depois da minha deliberação, encheistes o salão da Diretoria. Assomando à vossa dianteira, falou, em vosso nome, um jovem e bravo quintanista, para me manifestar publicamente, e na presença dos próprios empreiteiros da desordem, que vos espionavam, o vosso apoio, e insistir, calorosamente, para que fôsse o vosso paraninfo.

Ainda ecoa no meu espírito a oração clara, direta, sincera, sem subterfúgios, nem reticências, do vosso admirável intérprete, Fernando Luiz da Câmara Cascudo.

Era a palavra da simpatia, da lealdade, da justiça, da dignidade e da bravura, que, na sua grande e impressionante eloquência, em momento tão grave da vida da Faculdade, se alteava e ressoava como uma convocação para a peleja em defesa das tradições de decência, elegância e fidalguia da sua mocidade.

Conquistastes, assim, com os aplausos de todos os que amam a nossa Escola e se interessam pela sua sorte, o título de turma da renovação. Não é um título como outros, revestidos de dourados metafóricos, alegóricos, com que muitos por aí fora se têm enfei-

tado e empavonado. Sois, de feito, a turma da renovação moral e cultural da Faculdade, porque dela participastes com a vossa conduta e o vosso trabalho intelectual, — nobre e belo modelo para as gerações vindouras.

Deixais, dêsse modo, a Faculdade com a auréola refulgente de uma reputação moral e intelectual, que vos augura os mais brilhantes triunfos na vida pública, que ides iniciar dentre em pouco. Pela vossa própria experiência, já vos capacitastes, suficientemente, para dispensardes conselhos e advertências, de que a decência no proceder, o justo julgamento dos atos humanos e o estudo sério e aprofundado enobrecem a vida do jurista, dignificam-lhe a personalidade e asseguram-lhe o êxito profissional.

Meus queridos amigos, quanto me custa deixar-vos partir.

Como é doloroso ver irem-se, assim, de uma vez, tantos companheiros de ideal, quando ainda não cessou a luta para o atingir na sua plenitude, e estanca, de súbito, a fonte de inspiração e de estímulo.

Mas, tendes de partir: é uma imposição da própria vida, a que se devem dobrar os mais puros sentimentos humanos. Parti, pois,

para travardes novos combates e conquistardes outros ideais.

Quem sabe se não é esta a última vez que, da tribuna de paraninfo, a cuja altura me trouxeram o vosso afeto e a vossa admiração, falo aos bacharéis, que saem da nossa velha e querida mãe espiritual?

Quem sabe se estas palavras de despedida e de saudade, que brotam e jorram do coração, não encerram, também, a minha própria despedida desta tribuna universitária?

Talvez o destino vos tenha escolhido para recolherdes a minha última mensagem aos que se vão para a vida pública. Então podeis calcular e compreender como sinto o travo da tristeza e da amargura nesta hora crepuscular da despedida.

Na grandeza imensa da minha comoção, vejo-vos partir iluminados pelos raios fulgurantes do meu sol interior, felizes, deslumbrantemente felizes, a sorrir para a Vida.

Discurso de paraninfo pronunciado de improviso, no Teatro Santa Isabel no ato da colação de grau dos bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 16 de dezembro de 1955.

SONETO

Inúteis as ausências prometidas

E os cães de lôdo resguardando a praça

Seremos sempre estátuas de fumaça

Plantadas sôbre o chão das avenidas.

Eternamente a olhar pra trás pendidos

Como galgos do céu alí tombados,

Murmuraremos pedras e recados

Que nunca chegarão para os ouvidos.

Viveremos de avanço e retrocesso,

E quando nos sentirmos desmanchados

Dentro de nossos corpos pelo excesso,

Comporemos silêncios entre as frias

Manhãs, onde veremos espantados

Que inventaremos um tempo além dos dias.

CARLOS PENA FILHO

Professores do meu tempo

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Quando procuro recordar os professores de meu tempo de estudante, na Faculdade de Direito do Recife, algumas figuras se destacam, nesse fundo impreciso da memória. Uns se firmaram em nossa admiração pela cultura, outros pela cordialidade ou pela simpatia. Não me parece, todavia, que nenhum dêles pudesse ostentar aquela poderosa influência, que Tobias Barreto exercera sobre a mocidade de sua época. Apenas Laurindo Leão poderia ter tido esse papel, mas a verdade é que se refugiava nos livros, enfurnado nas salas internas da Biblioteca da Faculdade, quase sempre ausente dos anfiteatros das aulas ou distanciado de convivência mais frequente com os estudantes. Faltava-lhe, também, a força de proselitismo ou até mesmo a faculdade de divulgação, com que contava o mestre sergipano. Se o fenômeno de Laurindo Leão era até certo ponto esquemático e, por isso mesmo, simples, o certo é que a forma com que se apresentava, ou a erudição da exposição, não eram de molde a conquistar adeptos. Laurindo Leão sentia essa distância, que o separava dos estudantes, e procurava compensá-la pelo acolhimento dispensado a todos e pela campanha no sentido do deslocamento, para o quinto ano, do ensino da filosofia, que no primeiro ano se ministrava a adolescentes de dezesseis e dezessete anos.

Não faltavam, entre os outros professores, homens de grande inteligência, como Henrique Milet, ou de uma irresistível simpatia pessoal, como Otávio Tavares. Mas todos êles viviam sua vida à parte dos trabalhos da Faculdade, uns preocupados com a advocacia, como Adolfo Cirne, outros com a política, como Gervásio Fioravante e Neto Campelo, Sebastião do Rego Barros e Genaro Guimarães. Figura à parte era Gondim Filho. Não foi meu professor, mas tive a curiosidade de lhe ouvir algumas aulas profundamente simples, com uma preocupação didática, que não deixava perceber a sua imensa cultura de romanista e civilista.

Só o encontramos com toda a força de seus conhecimentos no concurso para o preenchimento da cátedra de Direito

Romano. Não creio que houvesse, no Brasil daquele tempo, quem o superasse no domínio do Direito Civil — circunstância que deve ter concorrido para desanimá-lo da construção da obra jurídica, que estava a seu alcance, mas que, infelizmente, não lhe ficamos a dever. Num país de escritores superficiais e de generalizadores apressados, podemos compreender que um Gondim Filho se pergunte se convirá escrever, sujeito a confronto que não leve em conta a extensão do saber dos escritores e a segurança de suas teses. Mas se os estudiosos dessa espécie abandonam o campo aos levianos e aos audaciosos, de onde virá a correção e a elevação dos níveis de cultura especializada?

Quando estava na Faculdade, costumava, como os meus colegas, dividir os professores em dois grupos: os amigos e os que não eram amigos dos estudantes, colocando na primeira categoria os que não explicavam todo o programa, reduzindo o número de pontos para os exames. Fora da Faculdade, invertemos o critério de classificação e passamos a considerar amigos os que explicaram e exigiram todo o programa. Sob esse aspecto, aliás, se me não engano, só tivemos três professores pontuais e rigorosos: Hercílio de Souza, Mário Castro e Joaquim Amazonas. Acredito, por isso, que a nossa turma foi uma das que melhor estudaram as disciplinas lecionadas por êsses professores: Direito Romano e Direito Civil, a cargo de Hercílio de Souza, e Processo Civil e Direito Comercial, matérias de que eram catedráticos Mário Castro e Joaquim Amazonas.

Mas sobretudo Direito Civil e Direito Romano. Nosso primeiro professor de Direito Civil fôra Henrique Milet, que se despedia da Faculdade, atingido por uma grave enfermidade, o diabetes, para o qual não havia, naquêle tempo, o corretivo da insulina. Ainda me lembro da última vez que o vi, na banca de exames do segundo ano, banca que êle presidia entre Odilon Nestor e Hercílio de Souza. Estava fisicamente desfeito, deixando ver as sobras de pele e de roupas sobre a magreza que lhe consumira o corpanzil atlético. A voz estentórea se

reduzira a um murmúrio difícil; o riso largo, franco, ruidoso, passara a um rictus de lábios repuxados sôbre uma face quase cadavérica.

Os olhos vivos, que antes brilhavam de gôsto pela vida e de exuberância de temperamento, vinham agora velados pela tristeza de quem já começava a sentir a frialdade do túmulo. Mas na banca do segundo ano, com a sua longa experiência do professorado, Henrique Milet não pôde deixar de dizer a Hercílio de Souza que o felicitava, pela demonstração dos conhecimentos de Direito Romano da turma a que êle lecionara.

— Como essa gente sabe Direito Romano! exclamava Milet.

Sabíamos, na verdade, todo o programa. Não que Hercílio de Souza nos ameaçasse com reprovações. Fazia parte de seu sistema apelar para os alunos, para que êle não fôsse levado, pelo sentimento de justiça, às notas más que tanto o desgostavam. E como não faltava às aulas e como sabia expor admiravelmente a matéria de todo o curso, os alunos se sentiam estimulados a prestigiar, com a sua aplicação à matéria, o esforço do professor, demonstrando, assim, a estima respeitosa que lhe votávamos. Era realmente um Mestre, com as qualidades didáticas apuradas pela simpatia e bondade. Homem de meia altura, com o cabelo inteiramente branco, barba também alva e bem aparada, olhos risonhos, medido nos gestos, suas aulas se tornavam modelo de clareza, correntes, fáceis, bem ordenadas, dentro dos 45 minutos a que quase sempre alcançava e que não me lembro de haver excedido, por mais que o seduzisse o tema.

Mário Castro nos impressionava pela serenidade e equilíbrio de suas aulas, tão diversas da agitada explanação do velho Metódio, que a todos os instantes puxava com os dedos o colarinho, como um enforcado que procurasse alargar o nó que lhe apertasse o pescoço. Sua voz mudava de diapásão, ora tranquila e baixa, ora subindo aos gritos, com os olhos arregalados, numa atitude de quem estivesse a narrar um conto de Hoffmann. O conteúdo das aulas, evidentemente, dava outra impressão de Metódio Maranhão, que conhecia bem a matéria. Mário Castro aliava as duas virtudes, a do conhecimento e a da explanação didática, acrescentando a isso uma grande experiência, acumulada no exercício constante da advocacia.

Joaquim Amazonas já nos dava, naquela época, a impressão de meticulosi-

dade, a que vem devendo grande parte do êxito como Reitor. Suas aulas eram minuciosas, mas precisas e claras, com um largo manuseio dos comercialistas italianos. Poderia não ser um professor simpático, mas era um bom professor, como a nossa turma veio a reconhecer, tornando-o candidato, creio que pela primeira vez, a paraninfo, nas festas de formatura. Não chegou, entretanto, ao quadro de Piereck. Uma corrente discordante de sua indicação acabou forçando acôrdo em tórno de Mário Castro, que estreiou na cátedra dessa forma auspiciosa, com a consagração de seus discípulos.

Não esqueci nenhum dos professôres daquela época, os de minha turma e os que lecionavam a outras turmas. Não chegamos a fazer exame de Economia Política, que uma lei recente havia transportado do segundo para o quinto ano, libertando-nos da obrigação do exame, mas assisti a algumas aulas do professor da matéria, o velho Sofrônio, que gostávamos de chamar pelo nome todo de Sofrônio Euticiano da Paz Portela. Já muito surdo, apegado à doutrina de dois manuais correntes naquela época, os de Luigi Cossa e Leroy-Beaulieu, suas aulas eram sempre perturbadas pela irreverência dos discípulos. "Cest âge est sans pitié", já lembrava Lafontaine. Acompanhei as aulas de Odilon Nestor, que supria com a simpatia pessoal e a afabilidade com os alunos o que talvez lhe faltasse de gôsto pela tribuna, que era a cátedra. Ouvi as lições de Direito Constitucional de Virgínio Marques, muito apegado ao livro de Luigi Palma e enxertando nas suas preleções alguns tropos, que deviam ser reminiscências ou recalques de sua experiência política. Na segunda campanha em prol de Rui Barbosa, tive-o entre os meus chefes, quando saímos para Vitória de Santo Antão, onde pela primeira vez falei, ou acreditei falar ao povo, num discurso que não acredito tenha sido ouvido nem mesmo pelos que estavam junto a mim, tal o pavor que me invadia naquela estréia, lá pelos idos de 1913 ou 1914, quando eu andava ainda pelos 16 ou 17 anos e não estava de todo liberto do complexo de calouro.

Sebastião do Rêgo Barros não foi meu professor, mas ouvi algumas de suas aulas, como curioso, levado pelo que dêle me diziam os alunos entusiasmados. Era orador primoroso, seguro na construção da frase, pontuando tranquilamente os períodos e as orações, com uma bela voz que nos encantava e que parecia encan-

tar também a êle próprio, se considerássemos o empenho com que procurava os efeitos melodiosos da frase, com a cabeça sempre deitada para trás e a voz clara e vibrante.

Sob o aspecto da oratória, a impressão mais profunda seria a que nos havia de ficar das preleções de Aníbal Freire. Depois de um período de ausência da cátedra, voltara êle ao ensino, com o prestígio de seus triunfos tribunícios na Câmara dos Deputados, quando enfrentara, já perdida a situação rosista, os defensores do militarismo em ascensão. Suas aulas eram um deslumbramento, pela eloquência da exposição, pelo corte caprichoso das frases, pelo fulgor da adjetivação imprevista, pela segurança e profundidade dos conceitos. Trouxe-nos uma bibliografia de que não tínhamos até então notícia e que não encontrávamos nem mesmo na excelente biblioteca da Faculdade. Estava em dia com a sua disciplina, familiarizado com os grandes mestres, de Duguit a Orlando, de Hauriou a Laband, sem esquecer as monografias que iam aparecendo no mercado de livros. Sempre que vejo, nas minhas estantes, os estudos de Combothecra, não posso deixar de recordar as aulas de Aníbal Freire, que o havia levado para as suas lições ou, mais precisamente, para as suas fulgurantes conferências do Recife.

Como estudante, fui um tanto arredo. Participei poucas vezes das reuniões do Centro 11 de Agosto, que não tinha, então, a mesma vida intensa que hoje congrega os diretórios de estudantes. O actual edifício havia sido concluído nêsse tempo e concorrera para dispensar a família estudantil, como sempre acontece com as casas mais amplas. Por minha parte, não sabia resistir à atração da biblioteca da Faculdade, com as suas mesas amplas ainda pouco frequentadas e com o catálogo publicado havia pouco e já acrescentado de um armário de fichas, que eu não sei por que era guardado nas salas internas da biblioteca, perto do pequeno sofá e das cadeiras em que se refugiava Laurindo Leão, cercado de pilhas de livros de que se valia para os seus estudos.

Desconfio que o período entre 1913 e 1917 fôra escasso de causas que envolvessem e arrastassem os estudantes. A campanha civilista já se havia encerrado, assim como a reação contra a chamada oligarquia rosista, que não era, aliás, mais oligarquia que as outras, que

vieram depois. A sucessão de Hermes da Fonseca, como a de Dantas Barreto, não provocaram agitação, correspondendo a um sentimento geral das forças políticas e eleitorais. A Grande Guerra não impressionara profundamente os estudantes divididos em germanófilos e aliadófilos, empenhados em debates de repercussão reduzida. A intervenção do Brasil na guerra deixava a impressão de uma ocorrência à distância. A própria revolução russa de 1917, não dava ainda a impressão de solidez, nem dos efeitos que mais tarde a acompanhariam. Acreditava-se que a sorte do mundo dependeria mais do resultado das batalhas travadas no território francês que da influência que pudesse ter o novo regime da Rússia. As facções mais acirradas talvez fôssem, na Faculdade, além das que defendiam a Alemanha ou os aliados, as que se dividiam no campo do Direito Criminal, entre as escolas simbolizadas na doutrinação de Carrara, Lombroso e Tarde. Desconfio que um dos movimentos que mais interessaram a classe foi uma viagem de Tiros de Guerra ao Rio de Janeiro. Não havia ainda começado a era das embaixadas e das excursões esportivas. Em compensação, poucos eram os estudantes que exerciam empregos. Verdade, também, que eram poucos os que terminavam o curso depois dos 23 anos. Lembro-me que colei grau em dezembro e só fui completar 21 anos no mês de Janeiro. Não havia muita gente mais velha do que eu, na turma, e alguns eram até mais moços.

Não digo que isso seja melhor ou pior do que hoje. Para tudo ha motivos e compensações. Posso apenas notar que a vida do estudante decorre hoje num contacto mais constante com a sociedade em geral e que nêsse intercâmbio mais intenso se torna impossível a segregação da classe e a formação de atitudes particulares aos estudantes e estranhas ao meio que os cerca. Essa maior inter-penetração acarreta, de um lado, a dificuldade de um estudo mais seguido e ordenado, mas vem ampliar a experiência de vida dos estudantes, concorrendo para que possam terminar o curso superior sem aquela impressão de trasição, que tanto nos preocupava e inquietava no passado.



A tragédia da unidade Alemã

(Trechos de um diário de viagem)

(VAMIREH CHACON)

Colônia, Julho de 1956

Quando alguém visita Berlim em nossos dias não pode deixar de meditar sobre o destino do mais trágico dos povos modernos: o povo alemão. Tragédia que, em suas proporções mais largas, é também a tragédia da civilização ocidental e do mundo em geral. A cidade de Berlim dividida em dois pedaços representa mais que um símbolo, incarna uma realidade psicológica e sociológica. Não importa que somente desde ha pouco os homens vivam separados nos dois setores, este e oeste, pertencendo à mesma nação alemã, hoje dividida em dois Estados que se declaram soberanos: a República Federal da Alemanha ("Bundesrepublik Deutschlands") e a República Democrática Alemã ("Deutsche Demokratische Republik"), um nascido das antigas zonas de ocupação ocidentais e outro da zona russa. Na realidade a luta pela unidade política dos alemães não data apenas de hoje. É um combate que se prolonga em toda sua História, com um significado mais profundo que em outros países. A resolução do problema da unidade alemã, agora como ontem, implica na resolução da tragédia mais profunda deste povo, repercutindo na própria civilização ocidental da qual as nações germânicas representam um dos pilares mais fundamentais.

Façamos uma breve revisão dos acontecimentos históricos para demonstrarmos nossa afirmativa.

Em meados do século passado as principais nações do mundo civilizado na época estavam já constituídas em estados soberanos, com algumas exceções. Entre elas se encontrava a Alemanha, dividida nuns duzentos minúsculos trechos que se pretendiam independentes e soberanos, vestígios ainda das divisões feudais em condados, ducados, principados e reinados. Enquanto isto a Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Rússia etc., etc., inclusive o nosso Brasil, contavam com governos centralizados e atuantes.

O chamado "Sacro Império Romano-Germânico" não passava de um forma-

lismo. Na realidade cada minúsculo pedaço ditava suas próprias leis, cobrava seus próprios impostos, sustentava seus próprios exércitos— e não raro até seus corpos diplomáticos—, quase sempre orientados por interesses diferentes. Ao lado das suas maiores partes, a Prússia e a Baviera, giravam o Wuerttemberg, Baden, Saxe, Hesse, etc., além de uma enorme quantidade de sub-divisões, tais como Saxe-Anhalt, Saxe-Coburgo-Gotha, Wuerttemberg-Hohenzollern, etc.

Pouco a pouco as nações de língua alemã foram caindo sob a influência das três maiores: Prússia, Baviera e Austria. Com o curso dos tempos a Baviera, primitivamente limitada à Alta e Baixa Baviera, estendeu-se à Suábia, à Francônia, ao Alto Palatinado, à chamada Floresta Bávara ("Bayerischer Wald") passando a limitar-se com as regiões pertencentes à zona de influência prussiana ao norte (no Saxe, que todavia tinha casa reinante própria) e ao sul com a Austria. Esta última prolongava-se mais no sentido oriental, avançando sobre os povos eslavos, aliando-se para isto com os magiares.

Checos, eslovacos, croatas, eslovênios e alguns milhões de polacos passaram a viver sob sua suzerania no chamado império austro-húngaro, de hegemonia principalmente alemã, através dos Habsburgos e da burocracia e aristocracia de Viena. A Prússia a princípio tomou a direção oriental, com os cavaleiros da Ordem Teutônica que partindo de Bad Mergentheim no coração das regiões germânicas precederam os "Junkers", senhores feudais, latifundiários prussianos que depois iriam predominar politicamente. Levando o Cristianismo àquelas primitivas regiões pagãs, os mencionados cavaleiros medievais foram tangendo os polacos para além dos rios Oder e Neisse, levando a influência alemã até os Estados bálticos, ora absorvendo os eslavos, ora empurrando-os mais para este, chegando mesmo alguns deles a permanecerem nas regiões cristianizadas e germanizadas como grupos católicos mas guardando suas peculiaridades culturais e étnicas.

Não custou muito que os prussianos mudassem de idéia e trocassem a marcha para este pela para o oeste. Em vez de continuarem empurrando os eslavos para a Rússia os "Junkers" luteranos voltaram a atenção para a Renânia e iniciaram outra marcha em sentido diferente, atingindo as margens do Reno e travando contacto direto com as populações de origem também alemã no lado francês da Alsácia-Lorena.

Nesta época dois imperialismos principais chocavam-se na Europa continental: o pan-germanismo e o pan-eslavismo. Os russos dêste tempo, meados do século XIX, já tinham por sua vez propósitos bem definidos de marcharem sobre os Balcãs, unindo-se com os eslavos da Croácia, Eslovênia, Boêmia, Morávia, Rutênia, sob dominação austríaca-magiar, fazendo ligação com a Sérvia e a Bulgária num cerco final sobre Constantinopla que lhes abriria a porta do Mar Negro e lhes daria uma entrada segura para o Mediterrâneo, abalando assim a posição dos alemães. No meio da luta os povos eslavos sob supremacia austro-magiar, olhavam Moscou com uma esperança messiânica, conforme demonstra Eduardo Benes, futuro presidente da Tchecoslováquia, em seu livro "Où vont les slaves?"

O conteúdo messiânico do pan-eslavismo não pode ser desprezado. O tom apocalíptico de Dostoievski e Tolstoi, por exemplo, não constitui um fenómeno isolado. Moscou para os eslavos de então encerrava uma espécie de idéia de Nova Jerusalém, decidida a libertar suas nações irmãs nem que fôsse contra a vontade delas, como no caso especial da Polónia, interessadas em combater tanto os alemães quanto os russos e, várias vezes incorporada aos dois grupos quando pretendia ficar equidistante...

Do lado francês não havia exatamente um pan-francesismo nem muito menos um pan-latinismo, nem mesmo sob as égides de Richelieu, Luís XIV e Napoleão, conquistadores que associavam suas vitórias às suas pessoas, individualisticamente, sem recorrer a pensamentos mais sólidos de expansionismos culturais e nacionais enquanto independentes de suas personalidades.

Da parte da Inglaterra, Holanda e Escandinávia, os choques de seus interesses na Europa continental não atingiam mais a importância da guerra dos trinta anos.

Era êste o panorama que encontrou

Bismarck em 1860.

Tecendo com maestria a sua rede o chanceler prussiano conseguiu mais segurança interna anulando os austríacos em Sadowa e envolvendo os bávaros na guerra contra a França que serviu de catalizador para a unidade germânica, além de outros propósitos. Astuto e mesmo genial, o "chanceler de ferro" chegou a colocar a coroa alemã finalmente numa cabeça, na do representante dos Hohenzollern prussianos, quando tantas cabeças coroadas germânicas ainda pretendiam-se soberanas, passando assim a viver sob a hegemonia daquela.

De novo uma família real passou a centralizar o poder na Alemanha, após os longínquos tempos dos Hohenstaufen medievais.

Até aí nada de novo em nossa narração. Tudo não passando de meros fatos históricos.

Todavia agora é que trataremos, após a breve introdução histórica, da tragédia da unidade alemã, sob as linhas mais vastas de uma pequena tentativa de interpretação de Sociologia da História.

A unidade alemã não se completou sob Bismarck. Os Habsburgos austríacos continuavam a governar seu império de várias faces, germânicas, polacas, checas, eslovacas, eslovênias, croatas e, depois, acrescentadas de mais balcânicos da Bósnia e Herzegovina.

O estopim para a catástrofe de 1918 estava pronto. As massas eslavas inquietas na Áustria-Hungria, a concorrência comercial decisiva para a Inglaterra, França e Alemanha, o irredentismo italiano, tódo o panorama sinistro de antes de 1914 assistia o desenrolar do drama político com suas implicações sociológicas e econômicas.

O atentado de Sarajevo ateou fogo ao ambiente extremamente carregado de pretensões e ódios.

O resultado da explosão de 1914-1918 é bem conhecido. Os tratados de Versalhes e Saint-Germain, firmados entre os aliados vencedores e a Áustria e a Alemanha, longe de fecharem a porta aos erros do passado abriram-na ainda mais.

A unidade política dos povos de língua alemã, incompleta nos inícios do século XX, tornou-se mais precária. O pan-eslavismo aparentemente sofrera um recuo com a derrota da Rússia, em 1917, deante da Alemanha, mas na realidade ganhara um impulso muitíssimo maior com o bolchevismo e sua mística

messiânica marxista, somada a partir de então com a mística messiânica pan-eslavista.

As perdas da Alsácia-Lorena, da Posnânia, da Silésia Oriental, de Dantzig, Eupen e Malmédy, somaram-se, com suas consequências de orgulho ferido, às ruínas de desordens econômicas e políticas da República de Weimar. Longe de fortalecer-se o regime republicano democrático na Alemanha, como garantia do equilíbrio entre eslavos e povos atlânticos, repercutindo numa maior segurança internacional, os líderes de Weimar não puderam deter as crises sucessivas.

Hitler surgiu com sua Filosofia niilista, bem à altura do estado de espírito da época em que assumiu o poder. A crise de 1932, mais uma no largo rosário weimariano, acabou de decidir a pequena burguesia apavorada com as perspectivas do seu empobrecimento e da ameaça vermelha, que já dera uma amostra do que era capaz com os levantes comunistas de Kiel, da Liga Spartaco e de Munique. Hitler intitulava seu partido de "Nacional Socialista" e na realidade era sustentado por capitalistas do Ruhr tipo Thyssen e Hugenberg, a serviço do terror anti-comunista e dos recalques decorrentes de Versalhes. O bode expiatório para a derrota de 1918 foi encontrado na pessoa dos judeus. O ódio aos eslavos acrescentou-se como mais uma premissa imperialista. Ampliando-se suas vinculações com a burguesia em pânico o "Socialismo" hitlerista repudiava Marx e os socialistas utópicos e adotava o programa de Gottfried Feder, bem comportado e sem extremismos. O extremismo ficou reservado para a política nazista, feroz e germânica no pior sentido. Nisto, aliás, reside o principal segredo do triunfo da barbárie nazista num país altamente civilizado como a Alemanha: ninguém como Hitler soube melhor explorar os defeitos do povo alemão, espezinhando suas qualidades.

Tendo nascido na Áustria, bem na fronteira com a Alemanha, êle próprio considera o fato de importância particular no destino pan-germanista. Com o "Fuehrer" o pan-germanismo extremou-se numa fúria insana, desabando de início sobre a resistência alemã aos seus desatinos e prolongando-se aos infelizes povos vizinhos.

Nova catástrofe mundial em 1939 e desta vez o panorama impressionantemente renovado, com uma constante

todavia: o equilíbrio das forças em jogo dependendo mais uma vez da unidade alemã. Dividida em dois setores mais uma vez a Alemanha serve de paracheque entre blocos em luta.

As reivindicações da unidade alemã não se limitam, porém, à união entre os trechos oriental e ocidental. Milhões de indivíduos de cultura germânica foram expulsos de seus lares da Prússia Oriental, Pomerânia, Silésia, Dantzig e Sude-tos. Por uma exigência natural e humana êles pretenderão voltar às suas regiões de origem, hoje populadas por russos, tchecos e polacos...

O "velho Adenauer" não está disposto a cometer o erro histórico da Alemanha: combater em dois "fronts". Para isto prefere resolver primeiro suas disputas no ocidente, principalmente no que diz respeito à discussão sobre o Sarre com a França, passando depois à ofensiva para o oriente...

Não se trata aqui de reviver a Geopolítica de Haushofer e Tannenberg, predecessores do nazismo, nem muito menos recordar Moeller van den Bruck, Rosenberg, Geobbels e outros teóricos do niilismo nacional-socialista. Nada disto. O problema da unidade política das nações de língua alemã oferece também possibilidades de resolução democrática. A Espanha, por exemplo, abrange em sua soberania províncias como Castela, Catalunha, Galícia, Biscaia, que falam línguas diferentes e chegam a possuir literaturas próprias. Caso parecido nem sequer chega a suceder com a unidade alemã. A Áustria, os Sudetos na Tchecoslováquia, a quase totalidade da Alsácia-Lorena e as zonas ocupadas pelos russos e polacos eram até pouco tempo ou ainda são habitados por maioria alemã. Como, portanto, pretender paz num povo dilacerado que vê na sua unidade nacional um ideal quase místico, como outros tantos países que já a obtiveram?

O problema principal consiste na reunificação por meios democráticos conduzindo a fins democráticos e não expansionistas como foi feito até agora. O sociólogo Kurt Lewin mostra em seu livro "Resolving social conflicts" que um dos maiores dilemas da alma alemã foi o da obediência, identificada quase sempre com a lealdade à pátria. O alemão médio costuma obedecer sem indagar razões. A palavra mais comum na Alemanha é o inevitável "Verboten" ("Proibido"), onnipresente e quase onnipotente. O funcionário público, o policial, o

soldado desempenharam, e voltam hoje a desempenhar, papeis de particular relevância dentro de tais costumes. O título significa para o alemão um sinal de autoridade. Os motorneiros dos bondes chamam-se "Herr Schaffner" ("Sr. motorneiro"). Os enfermeiros "Herr Pflieger", etc. Os professôres acrescentam seus títulos: "Herr Professor Doktor" e há um na Universidade de Munique que se assina: "Herr Professor Doktor Doktor Doktor", desde que dispõe de três doutorados, um professorado e mais o tratamento comum de "senhor" ("Herr")...

Alinhar os "Herren" uns atrás dos outros, pô-los a marchar sob vozes de comando para destinos à escolha do chefe, não tem constituído tarefa muito difícil na História alemã...

O pior é que, quase sempre, os defeitos do alemão médio têm sido postos em destaque e explorados enquanto a maior parte de suas qualidades permanecem sem cultivo sistematisado da parte dos líderes. Por exemplo: a fidelidade, a sobriedade, a eficiência, o amor ao trabalho, a resistência e pertinácia. Toda a herança do pensamento germânico desponta como uma das maiores riquezas da civilização nas ciências, na arte, na técnica.

Quando o mundo saberá utilizar estas energias magníficas do povo alemão e controlar seus defeitos? Eis uma das perguntas mais vitais da civilização moderna. Em vez de meras represálias econômicas, de restrições mesquinhas ao seu sentimento nacional, outros caminhos poderiam ser seguidos. A revista francesa "Esprit", por exemplo, reconhecia num dos seus números do início deste ano que o naufrágio da República de Weimar, tentativa frustrada de democratização do povo acostumado ao tacho prussiano, deve-se não apenas aos próprios alemães como também aos aliados que a trataram da pior maneira possível, desprestigiando-a e minando-a, portanto, em proveito dos nacionalistas totalitários. Será que tal erro repetir-se-á deante da República de Bonn, nascida do atual após-guerra e hoje tão florescentes na Alemanha? Eis mais uma pergunta vital para a Europa e, por conseguinte, também para o mundo.

Não se pense, todavia, que a submissão do alemão médio não encontra exceções ativas e até gloriosas. A resistência germânica a Hitler, dentro das próprias

fronteiras da Alemanha, constitue um dos episódios mais ingratamente esquecidos da História.

Estudantes enforcados como os irmãos Scholl, da Universidade de Munique, católicos assassinados como o jesuíta Delp ou ameaçados perigosamente pelo regime como os cardeais Faulhaber e von Galen, entre outros, protestantes como Niemoeller, militares como os conspiradores de 20 de junho de 1944, socialistas e liberais, pagaram com a vida a sua resistência ao nazismo. Nos campos de concentração morreram judeus, prisioneiros de guerra e também muitos alemães que se atreveram a erguer-se contra o nilismo então dominante.

Por que, então, não aproveitar energias tão dinâmicas?

O sinistro episódio da perseguição aos judeus prova a histeria de uma população conduzida em massa pelas modernas técnicas de propaganda.

Para a remissão dos êrros do passado e precaução dos do futuro torna-se necessária ação prática e não apenas lamentos até certo ponto bem intencionados. O papel da Alemanha numa Europa unificada: a caminho de membro de um mundo também unificado, sem nacionalismos e chauvinismos, empenhado principalmente na luta pela elevação do homem, incarna uma das duras responsabilidades do presente.

Ouvimos Salvador de Madariaga dizer em Munique que o europeu aprendeu muita História e pouca Geografia, isto é, vive a recordar orgulhos locais perdendo a visão do conjunto no qual as diferentes partes dependem uma das outras. O desarmamento de espíritos em tais circunstâncias é obra de muito tempo. Que a América e, em particular, o Brasil, sirvam talvez de modelo de compreensão entre povos e raças que para lá imigraram e onde vivem bem. Que não contribuamos, portanto, para agravar a situação com chauvinismos de nossa parte, eis já uma grande etapa. Daí poderemos então partir para uma cooperação ainda mais ampla, principalmente quando recordarmos que na categoria de país de economia sub-desenvolvida temos todavia muita cousa a aprender.

As lições de tão tremendas experiências podem, portanto, dar novos rumos ao futuro.

CARTA DO POETA MANUEL BANDEIRA

Rio, 1956

Caro amigo P. M. S.

Pede-me você que lhes conte alguma coisa a respeito do busto que os meus amigos do Recife pretendem erigir na cidade do Recife para exprimir públicamente a sua admiração pela minha obra poética.

Em primeiro lugar, não se trata de busto, mas de cabeça. E a história dessa cabeça é muito comprida... Uma história em que aparecem até almas do outro mundo, como o Mário Melo. O diabo é que as almas do outro mundo mentem muito, também. Assim, não é verdade que o bronze que irá para o Recife seja sucata do escultor Celso Antônio. Foi feito especialmente para a circunstância e por encomenda de Odilon Ribeiro Coutinho, que representava um grupo de admiradores pernambucanos de minha poesia. Mais tarde, por iniciativa do deputado Nilo Pereira, a essa homenagem aderiu todo o povo pernambucano através do voto de seus representantes na Assembléa Legislativa. Pelo menos assim o entendi eu, o que tornou a idéia dos amigos ainda mais cara ao meu coração.

Podem alguns desafetos meus afirmarem à boca cheia que sou um pernambucano que não faz caso de sua terra. Disso não me defenderei nunca: das coisas que estão mais profundamente dentro

de meu coração só eu mesmo sei: a opinião dos outros não me abala.

Que eu não mereço a honra que me vão dar é ponto sem nenhuma dúvida para mim. Mereço sim, mas não pela grandeza de minha obra: mereço-a pela paciência com que posei para o escultor. Foram meses de imobilidade! Quando eu me queixava, o escultor me tapava a boca dizendo-me: “Despiau levava três anos para esculpir uma cabeça”.

Afinal o escultor acabou de modelar o barro a seu contento, o trabalho foi passado para o gesso e do gesso para o bronze. O pedestal está pronto também. A única coisa que está faltando agora é a inscrição que será gravada no pedestal.

A escultura de Celso Antônio é admirável e honra sobremaneira o grande discípulo de Bourdelle. Êle mesmo reconhece que deu nela tudo o que poderia dar: “De mais não serei capaz”, confessou-me. E eu me sinto feliz de ter sido o pretexto—pretexto discutível, se quizerem—de enriquecer a cidade do Recife com uma autêntica obra-prima.

Meu caro P., de letra tão parecida com a de minha mãe, não tenho tempo de escrever o artigo que você me pediu, mas se estas linhas podem substituí-lo, dê publicidade a elas.

Aceite, com os seus colegas de Diretório, um
Abraço do amigo

Manuel Bandeira

O PROFESSOR

OLIVIO MONTENEGRO

Parece-se um pouco a arte do professor com a do médico—a arte de ensinar com a de curar. São as únicas profissões onde a ausência de modéstia não constitui propriamente uma indelicadeza, não morde o amor próprio dos outros. O certo e ligeiro ar de charlatanismo que às vezes parece aderir a elas como uma farça, não é uma farça. Em regra o professor tem que ser o seu tanto presunçoso, expremir-se ainda que involuntariamente em tom o seu tanto dogmático desde que não se exprime nunca para se por em prova, mas para convencer, ensinar.

Não vejo, pois, razão em Remy de Gourmont quando insiste, como em "Chemin de Velours", que "a bagagem que constitue a instrução é quase unicamente feita de crenças. Ensinam-se as letras como um catecismo. Todo professor é munido de um arsenal de aforismo; o adolescente que não se deixa penetrar por eles bem no coração é desprezado".

Que queria Remy de Gourmont que fosse a escola, ou que queria Remy de Gourmont que fôsse o professor? Seria que êle fôsse imaginar toda escola uma Academia de Platão onde só repercutissem as idéias gerais, e todo professor fôsse um agente de dúvidas, ou um excitador diabólico de sugestões que se renovassem incessantemente sem nunca se definirem numa forma sensível e única de verdade?

Mas se isso fôsse possível adeus professor e adeus aluno! É um engano pensar-se que o melhor professor é o que mais sugere, o que excita mais voluptuosamente a curiosidade e a imaginação do aluno, o que mais promete em nome da vida. Não; o melhor professor não é o que mais sugere; é antes o que mais explica; não é o que mais promete em nome da vida e sim o que mais realiza em lições de fatos e de coisas. Como também não é a criança, o menino de oito e dez anos de idade, o aluno mais difícil de tratar; mas o adolescente, o rapaz de dezesseis e dezoito anos, na idade em que o seu racionalismo lógico se

abre para os mistérios da vida com a mesma avidez que têm as crianças em relação às imagens plásticas de toda sorte.

As crianças na contradição estão como num reino encantado. Estão como no Céu. Não assim os jovens da primeira adolescência, os que já começam a sentir uma relação de ordem, um princípio de harmonia, uma razão lógica no meio da disparidade e multiplicidade de todas as coisas. Nesta fase da vida toda contradição fere como um pecado mental grave, e toda dúvida desaponta mais do que a pior negação. É a idade das grandes esperanças e dos grandes entusiasmos, idade de uma sinceridade terrível, que sofre de toda incerteza, e não tolera a dúvida mais prudente.

O que H. G. Wells conta no seu livro "Autobiography", das reações intelectuais e morais da sua vida de colégio, da impressão que lhe deixavam certos professores, é um fato que em maior ou menor grau pode-se estender à maioria dos adolescentes de colégio. Ressalta Wells sobretudo a admiração, o entusiasmo, a deliciosa confiança que nele despertavam certos professores. Huxley, por exemplo. Huxley sobre as bases de sua biologia—que ele transformava em uma ciência onipotente, como, aliás, é a tendência de todo especialista—erguia de golpe, para os seus alunos, a estrutura toda do universo, do universo orgânico pelo menos. E essa noção monumental das coisas que não deixa espaço por onde escapular-se uma dúvida é o que bem empolga e convence o aluno.

Já de outros professores Wells não transmite a mesma impressão. Não sabiam projetar a sua ciência no mesmo plano geométrico e com o mesmo espírito imperialista de Huxley. Eram de um especialismo estreito. Davam com a suas lições o esqueleto mas não o organismo da vida.

Os professores, porém, mais temíveis são os que jogam com abstrações. Quase toda idéia abstrata é susceptível de várias interpretações ao mesmo tempo; tem várias inclinações. E como uma luz

(Continua na página 27)

Na Circunstância última do amargo

*Francisco Austerliano
Bandeira de
Melo*

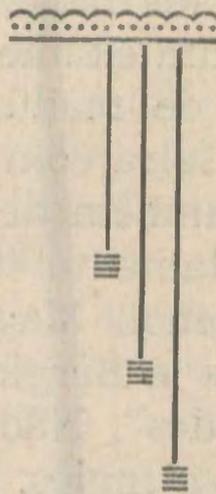
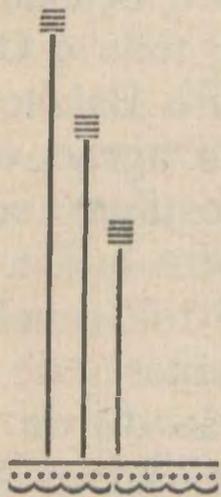
Na circunstância última do amargo,
distante, fragílimo e frio,
ei Nossa Senhora dos Derrotados
eu te invoco nessa noite perdida:

limpai o suor de minha amargura
velha, o suor de minha face ferida,
limpai a minha febre enfêrma...
e o meu lírio-angústia delirando!

Satírico e branco no meio da noite
vou trazendo subreptícios silêncios
acesos, circunscrevo dor e rosas
com os archotes líquidos de minha alma.

Retiro-me da esperança:
De meu pensamento pecado
que saem pássaros brancos no meio da noite
eu sinto as inacabáveis rosas amargas

eu sinto, no coração de pedras angulares,
a cobarde simetria de meu abandono,
o gesto dos punhos crucificados,
a violenta fragilidade de meu desespêro,
os objetos surdos, os homens impassíveis,
e o que me faz chorar: inumeráveis espinhos anô-
nimos:
o sem volta, as curtas açucenas da vida!...



Pernambuco, 1956

Em 1911, deixei o Seminário de Olinda, onde fiz todo o curso secundário e o primeiro ano de Filosofia. Tenho ainda comigo o volume do Compêndio de Filosofia de Farges e Barbedette, "in seminariis parisiensi et aniciensi philophiae quondam professoribus". O livro é todo em latim, um latim fácil e acessível a todo mundo. Ao sair do Seminário, era um jovem versado em letra clássica: sabia bem o latim, havia traduzido, lido e decorado Virgílio, Cícero, Cezar e Salustio. Não sabia nada de Ciências; e poucas matemáticas. Mas falava regularmente o francez e um pouco o italiano. Era assim um candidato natural ao currículo clássico, se no Recife de então houvesse uma Faculdade de Filosofia. Saí do Seminário ao perceber que não tinha vocação para o sacerdócio. Creio que fui levado até lá por influência materna, pois meu pai era um homem de esquerda, cidadão português, que sempre viveu sonhando com a República; e pouco devoto. A reforma Rivadávia facilitou-me a entrada na Faculdade, pois obrigava os candidatos a um exame de suficiência. Quem fizera todo o curso de madureza, no Ginásio Pernambucano e de lá saíra com o título de Bacharel em Letras tinha também de prestar o exame. Com grande desapontamento tiveram de presta-lo colegas como Agamenon Magalhães, Eugênio Antunes, Freitas Bastos e Sérgio Loreto Filho, munidos de seus "canudos". Não foi difícil preparar-me. Era facultativo o inglês. Podia substitui-lo pelo italiano. Sabendo bem o latim e regularmente o francês, tive alguns meses para habilitar-me. O cônego Barata deu-me aulas frequentes. Cheguei a traduzir a Divina Comédia e o "Orlando Furioso". Sobretudo sabia de cór o livro de De Amicis "Il Cuore", meu livro de leitura de aula primária, tradução de João Ribeiro. As provas não foram difíceis de vencer. E quando Gervásio Fioravanti que examinava italiano, mandou-me que lêsse e traduzisse "Il Piccolo Tamborino Sardo", o fez com tanto entusiasmo (cheguei a tirar um prêmio de declamação, no Colégio Salesiano) que o bom homem me deu ali mesmo nota dez. Com outras notas dez e outras menores, passei. Entraram cinquenta. Passamos 25. Lembro-me que, entre os que não passaram, estava o hoje senador pelo Rio Grande do Norte Kerginaldo Cavalcanti. As provas escritas foram prestadas na velha Escola, junto ao Quartel General, que ficava precisamente no largo onde é hoje o Grande Hotel. A Faculdade ficava junto à Igreja

TRECHOS DE MEMÓRIAS DE UM ESTUDANTE

A n i b a l F e r n a n d e s

do Espírito Santo. Junto ainda era o "sebo" do Chaves.

O novo edifício, porém, estava quase concluído. E por isso as provas orais se realizaram já na Escola, novinha em folha. Devo confessar que ia para uma Faculdade de Direito, não porque amasse os estudos jurídicos ou porque me quizesse dedicar à magistratura ou à advocacia, mas porque era a única Escola que, no momento, me podia interessar; a mim um rapaz que, de repente, desviara a sua vocação. Na verdade, mais do que os estudos jurídicos me interessava a literatura. Assim li todo o Eça de Queiroz; todo o Ramalho; todo o Camilo; todo o Oliveira Martins; todo o Zola; quase todo o Balzac; quase todo o Machado de Assis. Não me agradavam os estilos retóricos ou oratórios. Gostava mais do estilo sêco, do que do molhado, como quem, nos vinhos prefere o "gout sec". E nisso se me revelava a paixão do jornal. Não digo que deixasse de ir às aulas. Ia sempre. Ia todos os dias. Não durou muito que, por influência de Eduardo de Barros Falcão de Lacerda, me encaminhasse para o jornalismo. O primeiro jornal para que trabalhei foi "O Pernambuco", do dr. Henrique Milet, professor da Faculdade e advogado. Era um jornal anarquizado. O dr. Milet foi jornalista, por con-

veniências políticas. A tipografia era um modelo de confusão; não havia quase gerência; a redação era um pandemônio. Entrei para traduzir telegramas. Os telegramas chegavam atrazadíssimos. Depois passei a redigir notas assinadas. Tinha então 18 anos. E ao rebentar a guerra e ao circular a primeira edição vespertina do "Diário", ao "Diário" me juntei, para nunca mais largá-lo. Devo confessar que me interessava muito mais pelo jornalismo do que pelo Direito, sem contudo desdenhá-la. Foi para mim um meio desconcertante que me tivesse iniciado num jornal político-partidário e polêmico. Como afirmei certa vez ao escritor José Cezar Borba gostaria de ter-me iniciado num jornal como o antigo "Temps", de Paris, ou como "Le Journal des Debats" que já nessa época lia, assiduamente. Iniciei-me num jornal terrivelmente partidário, que era "O Pernambuco". Milet era um talento oratório, muito cheio do que no meu tempo se chamava a "ciência do direito", mas não tinha o "sentido do jornalismo". No "Diário", Carlos Lira Filho era outro temperamento. Incutia aos seus colaboradores um sentido de boa fé, do "fair play", da dignidade profissional, do desinteresse; se bem que escrevesse pouco. Não intervinha, frequentemente nos debates, sendo escassa, no seu tempo, a metéria editorial e também a reportagem, duas cousas que não podem faltar a um periódico. Tive como mestres na Faculdade de Direito a homens como Virgínio Marques, Laurindo Leão, Odilon Nestor, Sofrônio Portela, Hercílio de Souza, Caldas Lins, Otávio Tavares, Sebastião do Rego Barros, Augusto Vaz, Bento Américo, Constância Pontual, Genaro Guimarães e Andrade Bezerra. Ao deixar a Escola naquele tão longínquo 1916, que disse eu como orador da turma dos bachareis desse ano? Que éramos uma geração de indecisos e de irresolutos. Que durante 5 anos o nosso espírito procurara na Academia, uma educação e uma cultura que ela só nos não poderia dar. Havia nesse tempo certa indiferença nos meios acadêmicos; e mal acompanhávamos os acontecimentos do mundo exterior. Tanto que, no meu discurso, não fiz uma só referência ao que, então se passava fóra de nós. O nosso paraninfo dr. Otávio Tavares, a certa altura de sua oração, dizia-nos que, por toda a parte, lavrava a descrença; e os dirigentes da opinião pública não se mostravam tranquilos. Todavia, não se pode dizer que nossa geração tenha sido uma geração de falhados. Pelo contrário. Da Faculdade

(Continua na página 34)



PRAÇA MACIEL PINHEIRO

MISSÃO HODIERNA DAS ELITES TRADICIONAIS

P. CORRÊA DE OLIVEIRA

No dia 2 de março p. p. transcorreu o 80.º aniversário natalício do Papa Pio XII.

Na impossibilidade de analisar nos estreitos limites de uma revista a personalidade polimorfa e a obra imensa do imortal Pontífice, manifestamos nossa homenagem ao augusto Aniversariano publicando uma coleção de excertos doutrinários dos seus discursos à Nobreza e ao Patriciado Romano, pronunciados por ocasião das visitas de Ano Bom da Aristocracia de Roma.

Não havendo no Brasil uma nobreza propriamente dita, mas valiosa elite tradicional, e dado que o próprio Pontífice põe em relêvo a analogia existente entre uma e outra, reportamos a esta muito do que o Papa diz sobre aquela.

A sua palavra é a mais categorizada da Igreja, e a que melhor traduz a sábia Política do Vaticano.

Os discursos à Nobreza e ao Patriciado Romano foram publicados pelo *Osservatore Romano*. O número que acompanha cada citação indica o ano em que foi pronunciado o discurso respectivo.

UMA SITUAÇÃO INILUDÍVEL

Na Idade Média a sociedade se constituía de três classes, cada qual com encargos, privilégios e honras especiais. Em linhas muito gerais, pode-se descrever esta organização dizendo que ao Clero incumbia a missão de manter vivos os fundamentos cristãos da civilização, pelo exercício do ministério sagrado. O ensino e as obras de assistência e caridade estavam a seu cargo, de sorte que êle desempenhava sem ônus para o Estado os serviços hoje afetos aos Ministérios da Educação e Saúde Pública. A nobreza era a classe militar. Tocava-lhe a defesa do país. Em suas terras, exercia sem gastos para o Rei, funções algum tanto análogas às dos prefeitos, juizes e delegados de polícia hodiernos. Como se vê, estas duas classes viviam para o bem comum, e, em compensação de seus graves encargos, gozavam de honras e vantagens correspondentes, como a isenção de impostos. O povo era a classe votada mais particularmente ao trabalho. Eram privilégios seus ter na guerra uma

participação muito menor que a da nobreza, a exclusividade no exercício das profissões mais rendosas, o comércio e a indústria. Seus membros não tinham para com o Estado nenhuma obrigação especial. Trabalhavam para o bem comum apenas na medida em que cada qual favorecia seus interesses legítimos. De onde ser a classe menos favorecida em honras, e sobre a qual recaía o ônus dos impostos.

Esta situação se veiu desfazendo ao longo dos Tempos Modernos (1450-1789), entrou em franca dissolução nos Tempos Contemporâneos, com a instituição de uma sociedade que confunde tôdas as classes, negando inteira ou quase inteiramente reconhecimento jurídico ao Clero e à nobreza, e, no tocante a esta, na Itália o último passo foi dado pela Constituição republicana.

Dura situação, a que não se deve fechar os olhos com pusilanimidade. Pois isto seria indigno de verdadeiros nobres. Pio XII o diz com impressionante precisão:

"Em primeiro lugar, considerai com intrepidez e valor as realidades presentes. Parece-Nos vão e pouco digno de vós dissimulá-las com eufemismos prudentes, especialmente depois das palavras de vossa eloquente intérprete que Nos deu tão claro testemunho de vossa adesão à doutrina social da Igreja e aos deveres que dela decorrem.

"A nova Constituição italiana não vos reconhece como classe social. No Estado e no povo, nenhuma missão social, nenhum atributo, nenhum privilégio" (1952).

Esta situação, diz o Pontífice, é o ponto terminal de todo um longo encadeamento de fatos, que dá a impressão de um como que "caminhar fatal" (1952).

A vista das "formas de vida bem diversas" (1952) que agora se constituem, os membros da nobreza e das elites tradicionais não devem ignorar a realidade, nem perder-se em lamentações inúteis, mas tomar claramente atitude ante ela. É a conduta adequada a pessoas de valor: "Os mediocres, na adversidade, se limitam a mostrar uma fisionomia contrafeita. Os espíritos superiores, pelo contrário, sabem, segundo a expressão clássica, mostrar-se "beaux joueurs", con-

servando imperturbável sua atitude nobre e serena" (1952).

MISSÃO HODIERNA DAS ELITES TRADICIONAIS

Concretamente, no que consiste este reconhecimento objetivo e varonil de condições de vida que não se é obrigado de nenhum modo a aplaudir, a respeito das quais "se pode pensar o que se quiser" (1952), mas que constituem um fato palpável dentro do qual somos forçados a viver?

A nobreza e as elites tradicionais perderam sua razão de existir? Devem romper com suas tradições, seu passado, em uma palavra devem dissolver-se na plebe, confundindo-se com ela, apagando tudo quanto às famílias nobres reste de altos valores de virtude, cultura, estilo e educação?

A êste respeito, o ensinamento de Pio XII é incisivo. As elites tradicionais devem continuar a existir, e continuam a ter uma alta missão: "Levantai os olhos e fixai-os, firmemente no ideal cristão. Tôdas estas agitações, evoluções ou revoluções o deixam intacto, e nada existe que possa prevalecer contra o que é a própria essência da autêntica nobreza, isto é, a nobreza que aspira à perfeição cristã, que o Redentor enunciou no Sermão da Montanha" (1952). Em consequência, o nobre tem em nossos dias duas tarefas: deve primar por sua "fidelidade sem condições à doutrina católica, a Cristo e a sua Igreja; deve ter capacidade e vontade de ser modelo e guia também para os demais" (1952), nas várias esferas da vida temporal, quer pública quer privada.

AS ELITES TRADICIONAIS RESULTAM DA ORDEM NATURAL

Ha antes de tudo um fato natural, ligado à existência das elites tradicionais, que cumpre lembrar: é a hereditariedade. "Desta grande e misteriosa coisa que é a hereditariedade — quer dizer, o passar através de uma estirpe; perpetuando-se de geração em geração, de um rico acervo de bens materiais e espirituais; a continuidade de um mesmo tipo físico e moral, conservando-se de pai para filho; a tradição que une através dos séculos os membros de uma mesma família — desta hereditariedade, dizemos, se pode sem dúvida entrever a verdadeira natureza sob o aspecto material. Mas pode-se também, e deve-se, considerar esta realidade de tão grande importância, na plenitude de sua verdade humana e sobrenatural. Não se negará certamente o fato de um substrato material à transmissão dos caracteres hereditários; para estranhar isto, precisaríamos esquecer a união íntima de nossa alma com nosso corpo, e em quão larga medida as nossas mesmas

atividades mais espirituais dependem de nosso temperamento físico. Por isso a moral cristã não deixa de lembrar aos pais as grandes responsabilidades que lhes cabem a esse respeito. Mas o que mais vale é a hereditariedade espiritual, transmitida não tanto por esses misteriosos liames da geração material, quanto pela ação permanente daquele ambiente privilegiado que constitui a família, com a lenta e profunda formação das almas, na atmosfera de um lar rico de altas tradições intelectuais, morais e sobretudo cristãs, com a mútua influência entre aqueles que moram em uma mesma casa, influência essa cujos benéficos efeitos se prolongam muito além dos anos da infância e da juventude, até o fim de uma longa vida, naquelas almas eleitas que sabem fundir em si mesmas os tesouros de uma preciosa hereditariedade com o contributo de suas próprias qualidades e experiências. Tal é o patrimônio, mais do que todos precioso, que, iluminado por firme fé, vivificado por forte e fiel prática da vida cristã em todas as suas exigências, elevará, aprimorará, enriquecerá as almas de vossos filhos" (1941).

Esta formação de elites tradicionais, com um tonus aristocrático, é um fato tão profundamente, natural, que se manifesta mesmo em países sem passado monárquico ou aristocrático: "Também nas democracias de recente data, e que não têm atrás de si qualquer vestígio de um passado feudal, foi se formando, pela própria força das coisas, uma espécie de nova nobreza ou aristocracia. É a comunidade das famílias que, por tradição, põem todas as suas energias ao serviço do Estado, de seu governo, da administração, e sobre cuja fidelidade ele pode contar a qualquer momento" (1947). Magnífica definição do que seja a essência da nobreza, que faz lembrar as grandes estirpes de colonizadores, bandeirantes e plantadores, que durante séculos fizeram o progresso da América, constituindo a maior riqueza moral das sociedades temporais em que viveram e vivem.

FAUTORAS DO PROGRESSO E GUARDIÃS DA TRADIÇÃO

Entre as tradições típicas da nobreza e das elites tradicionais, se inclui "um calmo e constante apêgo a tudo quanto a experiência e a história convalidaram e consagraram, um espírito inacessível à agitação irrequieta e à ânsia cega de novidades, que caracterizam nossa época, mas ao mesmo tempo largamente aberto para todas as necessidades sociais" (1946).

Estas palavras bem exprimem o nexos existente entre nobreza e tradição. Aquela é a guardiã natural desta. É a classe incumbida, mais do que qualquer outra, de manter vivo o nexos pelo qual a sabedoria do passado governa o presente, sem contudo imobilizá-lo.

Pela força da hereditariedade, os nobres prolongam na terra a existência dos grandes homens do passado: "Relembrando vossos antepassados, como que os reviveis; e vossos antepassados revivem em vossos nomes e nos títulos, que vos deixaram, de seus merecimentos de suas grandezas" (1942).

Isto dá à nobreza, e às elites tradicionais, uma missão moral toda particular, pois são elas que asseguram ao progresso a continuidade com o passado: "A sociedade humana não é, porventura, ou pelo menos não deveria ser, semelhante a uma máquina bem ordenada, cujas peças concorrem todas para um funcionamento harmônico conjunto? Cada qual tem sua função, cada qual deve aplicar-se para um melhor progresso do organismo social, cujo aperfeiçoamento deve procurar, de acordo com suas forças e próprias virtudes, se tem verdadeiro amor ao próximo e tende razoavelmente para o bem e proveito de todos. Ora, que parte vos foi consignada de maneira especial, queridos filhos e filhas? Que missão vos foi particularmente atribuída? Precisamente aquela de facilitar este desenvolvimento normal; o serviço que na máquina têm e executam o regulador, o volante, o reostato, que participam da atividade comum e recebem sua parte da força motriz para assegurar o movimento de regime do aparelho. Em outros termos, Patriciado e Nobreza, vós representais e continuais a tradição" (1944).

SENTIDO E VALOR DA VERDADEIRA TRADIÇÃO

O apreço a uma tradição bem entendida é virtude raríssima em nossos dias. De um lado, porque o espírito de novidade, o desprezo pelo passado, são estados de alma que a Revolução tornou frequentíssimos. De outro lado, porque os defensores da tradição a entendem por vezes de modo inteiramente falso. A tradição não é um mero valor histórico, nem um simples tema para variações de um saudosismo romântico. É ela um elemento vivo, que deve ser entendido não de modo exclusivamente arqueológico, mas como fator indispensável para a vida presente.

A palavra tradição, diz o Pontífice, "soa desagradavelmente a muitos ouvidos. Ela desagrada, com razão, quando pronunciada por certos lábios. Alguns a compreendem mal; outros a usam como mentiroso pretexto para seu inativo egoísmo. Em tão dramático desentendimento e equívoco, não poucas vozes invejosas, muitas hostis e de má fé, e mais ainda ignorantes ou enganadas, vos questionam e perguntam sem rebuços: "para que servis"? Para lhes responder, convém antes entender-se sobre o verdadeiro sentido e valor desta tradição, da qual antes de tudo desejais ser os principais representantes.

"Muitos espíritos, mesmo sinceros, imaginam e crêem que tal tradição não seja mais do que a

lembrança, o pálido vestígio de um passado que não existe mais, que não pode voltar, e que quando muito é relegado com veneração, se se quiser, e com reconhecimento, à conservação de um museu, que poucos amadores ou amigos visitam. Se nisso consistisse e a isto se reduzisse a tradição, e se importasse em recusa ou desprezo do caminho do porvir, seria razoável negar-lhe o respeito e a honra, e seria para se olharem com compaixão os sonhadores do passado, retardatários em face ao presente e ao futuro, e com maior severidade aqueles que, movidos por intenções menos puras e respeitáveis, mais não são do que desertores dos deveres da hora que se mostra tão lutuosa.

"Mas a tradição é coisa muito diversa de um simples apêgo a um passado já desaparecido, é justamente o contrário de uma reação que desconfie de todo o progresso. O próprio vocábulo, etimologicamente é sinônimo de caminho e marcha para a frente — sinonímia e não identidade. Com efeito, enquanto o progresso indica somente o fato de caminhar para a frente, passo após passo, procurando com o olhar um incerto porvir, a tradição indica também um caminho para a frente, mas um caminho contínuo, que se desenvolve ao mesmo tempo tranquilo e vivaz, de acordo com as leis da vida, escapando à angustiada alternativa "Si jeunesse savait, si vieillissement pouvait!"; semelhante àquele Senhor de Turenne, do qual foi dito: "teve em sua mocidade toda a prudência de uma idade avançada, e em uma idade avançada todo o vigor da juventude" (Fléchier, Oração Fúnebre, 1676).

"Por força da tradição, a juventude, iluminada e guiada pela experiência dos anciãos, avança com passo mais seguro, e a velhice transmite e consigna confiante o arado a mãos mais vigorosas, que continuam o sulco já iniciado. Como indica seu nome, a tradição é um dom que passa de geração em geração; é a tocha que o corredor a cada revezamento põe na mão e confia a outro corredor, sem que a corrida pare ou arrefeça de velocidade. Tradição e progresso reciprocamente se completam com tanta harmonia, que, assim como a tradição sem o progresso se contrariaria a si mesma, assim também o progresso sem a tradição seria um empreendimento temerário, um salto no escuro.

"Não, não se trata de subir contra a correnteza, de retroceder para formas de vida e de ação de idades já passadas, mas sim de aceitando e seguindo o que o passado tem de melhor, caminhar ao encontro do futuro com o vigor imutável da juventude" (1944).

IMPORTANCIA E LEGITIMIDADE DAS ELITES TRADICIONAIS

O sópro de demagogia que perpassa por todo o mundo contemporâneo cria uma atmosfera de an-

tipatia contra as elites tradicionais. E isto em grande parte pelo apêgo que estas têm à tradição. Há nisto grave injustiça, desde que tais elites entendam "tradição" retamente: "Procedendo por esta forma, vossa vocação, resplandesce já delineada, grande e laboriosa, pelo que deveria merecer-vos gratidão de todos, e tornar-vos superiores às acusações que vos fôsem feitas de um ou outro lado.

"Enquanto tendes providamente em vista ajudar o verdadeiro progresso para um mais são e feliz porvir, seria uma injustiça e uma ingratidão recriminar-vos e imputar-vos como uma deshonra o culto do passado, o estudo de sua história, a fidelidade irremovível aos princípios eternos. Os exemplos gloriosos ou infaustos daqueles que precederam os tempos presentes, são uma lição e uma luz diante de vossos passos; e com razão já foi dito que os ensinamentos da história fazem da humanidade um homem que caminha sempre e nunca envelhece. Viveis na sociedade moderna, não como emigrados em país estrangeiro, mas como beneméritos e insignes cidadãos, que entendem e querem trabalhar com seus contemporâneos, a fim de preparar o saneamento, a restauração e o progresso do mundo" (1944).

A PROVIDÊNCIA QUER A DESIGUALDADE DE BERÇO

Outro fator de hostilidade contra as elites tradicionais está no preconceito revolucionário de que toda desigualdade de berço é contrária à justiça. Admite-se que um homem possa destacar-se por seu mérito próprio. Não se admite porém que o fato de proceder de uma estirpe ilustre seja para ele um título a mais, de glória e influência. A este respeito, o Santo Padre Pio XII nos dá um precioso ensinamento: "As desigualdades sociais, inclusive as ligadas ao nascimento, são inevitáveis; a natureza benigna e a bênção de Deus à humanidade iluminam e protegem os berços, beijam-nos, porém não os nivelam. Atenhai mesmo para as sociedades mais inexoravelmente niveladas. Nenhum artifício jamais logrou ser bastante eficaz a ponto de fazer com que o filho de um grande chefe, de um grande condutor de multidões, permanecesse em tudo no mesmo estado que um obscuro cidadão perdido no povo. Mas se tais disparidades inelutáveis podem, quando vistas de maneira pagã, parecer uma inflexível consequência do conflito entre forças sociais e da supremacia conseguida por uns sobre outros segundo as leis cegas que se supõem regerem a atividade humana, de maneira a consumir o triunfo de alguns com o sacrifício de outros, — pelo contrário, tais desigualdades não podem ser consideradas por uma mente cristãmente instruída e educada, senão como disposição desejada por Deus pelas mesmas razões que explicam as desigual-

dades no interior da família, e portanto com o fim de unir mais os homens entre si, na viagem da vida presente para a pátria do Céu, ajudando-os da mesma forma que um pai ajuda a mãe e os filhos" (1942).

SERVIR À IGREJA E AO BEM COMUM. GLÓRIA DAS ELITES TRADICIONAIS CRISTÃS

Nisto está a glória cristã das elites tradicionais. A aristocracia pagã se ufanava exclusivamente de sua ilustre progenie. E a nobreza cristã soma a este título legítimo outro ainda mais alto. É o exercício de uma função paterna junto às demais classes: "O nome do Patriciado Romano suscita em nosso espírito um pensamento e um panorama histórico ainda maiores. Se a palavra "patricio", "patricius" significava na Roma pagã o fato de ter antepassados, de pertencer a uma classe privilegiada e dominante e não a uma família comum, à luz cristã toma ela aspecto mais luminoso e ressoa mais profundamente, enquanto associa a idéia de superioridade social à de ilustre progenie. Assim é o patriciado da Roma cristã, que teve seus fulgores mais altos e antigos, não mais no sangue, mas na dignidade de protetores de Roma e da Igreja: "Patricius Romanorum", título que foi usado desde o tempo dos exarcas de Ravena até Carlos Magno e Henrique III. Armados defensores da Igreja, tiveram ao longo dos séculos também Papas originários das famílias do Patriciado Romano, e Lepanto assinalou um de seus grandes nomes nos fastos da história" (1942).

CONCEPÇÃO PATERNAL DE SUPERIORIDADE SOCIAL

Certamente, do conjunto destes conceitos se desprende uma impressão de paternalidade a impregnar as relações entre classes mais altas e mais humildes. Contra isto, duas objeções facilmente se apresentariam. De um lado, não se poderia afirmar que frequentes opressões realizadas no passado pela nobreza, ou elites congêneres, desmentem toda esta doutrina? De outro lado, não se poderia dizer que toda afirmação de superioridade elimina do trato social a cordura, a suavidade, a amenidade cristã? Pio XII responde a estas perguntas implicitamente, quando afirma: "se esta concepção paternal da superioridade social, por vezes, em virtude do ímpeto das paixões humanas, arrastou os ânimos a desvios nas relações de pessoas de categoria mais elevada, com as de condição mais humilde, a história da humanidade decaída não se surpreende com isto. Tais desvios não bastam para diminuir ou ofuscar a verdade fundamental de que para o cristão as desigualdades sociais se fundem em uma grande família humana; e de que portanto as relações entre classes e categorias desiguais devem permanecer governadas por uma hones-

ta e igual justiça, e ao mesmo tempo animadas por respeito e afeição mútua, que ainda sem suprimir a disparidade, lhes diminuem as distâncias e temperem os contrastes" (1942). Exemplo vivo desta aristocrática bondade de trato se encontra em muitas famílias nobres que sabem ser eximamente bondosas para com seus subordinados, sem consentir em nada que desmintam sua natural superioridade: "Nas famílias verdadeiramente cristãs, por acaso não vemos nós os maiores dentre os patricios e as patricias, vigilantes e solícitos em conservar para com seus empregados, e todos os que os cercam, um comportamento consentâneo por certo com sua posição, mas escoimado de presunção, propenso à cortezia e benevolência nas palavras e modos que demonstra a nobreza dos corações; patricios e patricias que vêem neles homens, irmãos, cristãos como eles, e a eles unidos em Cristo com os vínculos da caridade, daquela caridade que mesmo nos palácios ancestrais conforta, sustém, ameniza e dulcifica a vida entre os grandes e os humildes, maxime nas horas de dor e tristeza, que nunca faltam" (1942).

JESUS CRISTO CONSAGROU A CONDIÇÃO DE NOBRE COMO A DE OPERARIO

Assim vista a condição do nobre, ou do membro de uma elite tradicional, compreende-se que Jesus Cristo a tenha santificado encarnando-se numa família principesca: "E' fato que Cristo Nosso Senhor quis, para conforto dos pobres, vir ao mundo desprovido de tudo, e crescer numa família de simples operários; mas é igualmente verdadeiro que Ele quis com seu nascimento honrar a mais nobre e ilustre das casas de Israel, a própria estirpe de David. Por isso, fiéis ao espírito d'Aquêle do qual são Vigários, os Sumos Pontífices sempre quiseram ter em alta consideração o Patriciado e a Nobreza Romana, cujos sentimentos de inalterável adesão a esta Sé Apostólica são a parte mais preciosa da hereditariedade recebida de seus antepassados, e que eles mesmos transmitirão a seus filhos" (1941).

A LEI NÃO PODE REVOGAR O PASSADO

E também se entende que, a despeito de proclamada a república na Itália, o Santo Padre tenha mantido o Patriciado e a Nobreza Romana, como ilustre lembrança de um passado do qual o presente deve conservar algo, a título de continuidade de uma tradição benfazeja e ilustre: "E' bem verdade que, na nova Constituição italiana, os títulos nobiliárquicos não são reconhecidos exceção feita, naturalmente, conforme o art. 42 da Concordata, no que diz respeito à Santa Sé, para aqueles que foram conferidos ou que serão de futuro conferidos pelos Sumos Pontífices; mas a própria Constituição

não pôde anular o passado e nem a história de vossas famílias" (1949). Do que continua a provir para os nobres, um pesado e magnífico dever, resultante desse prestígio que amigos e inimigos têm de reconhecer: "Portanto, agora também o povo — quer vos seja êle favorável quer desfavorável, quer tenha por vós respeitosa confiança ou sentimentos hostis — olha e observa o exemplo que dais em vossa vida. Cabe-vos, pois, responder a esta expectativa e mostrar de que maneira vossa conduta e vossos atos estão de acôrdo com a verdade e a virtude, particularmente nos pontos que acima recordamos em Nossas recomendações" (1949).

E' considerando o que a nobreza romana foi no passado, e vindo nessa recordação, não algo de morto, mas "um impulso para o futuro" (1950), que o Santo Padre "movido por motivos de honra e fidelidade (1950), mantém, mesmo nas circunstâncias atuais, um tratamento de especial distinção para com ela, e convida o homem moderno a se associar a tal atitude: "Saudamos em vós os descendente e os representantes de famílias que se sobressaíram no serviço da Santa Sé e do Vigário de Cristo, e permaneceram fiéis ao Pontificado Romano, mesmo quando êste era exposto a ultrajes e perseguições. Sem dúvida, com o decorrer do tempo a ordem social pôde evoluir, e deslocar-se o seu centro; os cargos públicos, que outrora eram reservados à vossa classe, podem agora ser atribuídos e exercidos sôbre uma base de igualdade; todavia, para um tal testemunho de grata recordação, que deve por outro lado servir-nos de impulso para o porvir, o próprio homem moderno, se quiser ser de sentimento reto e equânime, não vos pode negar compreensão e respeito" (1950).

DOIS ERROS EXTREMOS: ARQUEOLOGISMO E FALSA RESTAURAÇÃO

Mas, dir-se-á, Pio XII, com êstes ensinamentos, emitidos numa época em que o desejo de igualdade mais desabrido e completo vence por tôda a parte, parece reagir inteiramente contra a corrente, condenando a democracia.

Tal impressão não procede. A Igreja afirmou sempre a legitimidade da forma de governo democrática, e o pensamento do Pontífice não consiste em impôr um sistema de governo de preferência a outro. A vista da avalanche igualitária, e sem entrar em preferências políticas, Pio XII procura tomar a tendência democrática como ela existe, e guiá-la de sorte a evitar mal maior.

E' o que êle faz ver, quando dá à nobreza romana o seguinte conselho ao se reorganizar a Itália de post-guerra: "Todos admitem geralmente que esta reorganização não pode ser concebida como um puro e simples retôrno ao passado. Tal regresso não é

possível; mesmo em seu movimento frequentemente desordenado, desconexo, sem unidade nem coenrência, o mundo continuou a caminhar; a história não para, não pode parar; ela avança sempre, prosseguindo em sua marcha, ordenada e retilínea, ou então confusa e sinuosa, para o progresso" (1945). Ora, nesta marcha para o "progresso ou uma ilusão de progresso", querer restaurar até a última da menor das minúcias, o que foi destruído, seria impossível: "Não obstante, a história caminha, corre, e querer simplesmente fazer marcha-ré, não para reduzir o mundo à imobilidade em antigas posições, mas para reconduzi-lo a um ponto de partida infelizmente abandonado por causa dos desvios ou de falsas mudanças, seria empresa vã e estéril. Não é nisto que consiste, como observamos no ano passado, nesta mesma ocasião, a verdadeira tradição" (1945).

No reconstruir a sociedade, como no reconstruir um edifício, há dois erros extremos a evitar: um, a reconstrução arqueológica; outro, a construção de edifício diverso, isto é, uma reconstrução que não seria reconstrução: "Tal como a reconstrução de um edifício destinado a servir a usos hodiernos não poderia ser concebida à maneira de uma reconstrução arqueológica, assim também, essa reconstrução não seria possível de acôrdo com esquemas arbitrários, mesmo quando fôssem teoricamente os melhores e os mais desejáveis: é preciso ter presente a imprescindível realidade, a realidade em tôda a sua extensão" (1945).

INSTITUIÇÕES ALTAMENTE ARISTOCRÁTICAS TAMBÉM NAS DEMOCRACIAS

Ora, se a Igreja não pretende destruir a democracia, deseja que ela seja bem entendida, e que a distinção entre o conceito cristão e o conceito revolucionário de democracia seja absoluta.

Vem muito a propósito, a êste respeito, lembrar o que Pio XII ensina sôbre o caráter tradicional e o tonus aristocrático da democracia cristã: "Já em outra ocasião falamos das condições necessárias para que um povo se torne maduro para uma sã democracia. Mas quem o pode conduzir e elevar a esta maturidade? Sem dúvida, poderia a Igreja dar muitos ensinamentos a tal respeito, extraídos dos tesouros de sua experiência e de sua própria ação civilizadora. Mas vossa presença nos sugere uma particular observação. Segundo o testemunho da história, onde reina uma verdadeira democracia a vida do povo está como que impregnada de sãs tradições, que é ilícito abafer. Representantes destas tradições são, antes de tudo, as classes dirigentes, ou seja, os grupos de homens e de mulheres ou as associações que dão, como se costuma dizer, o tom na aldeia e na cidade, na região e no país inteiro.

"Daí a existência, em todos os povos civilizados, e o influxo de instituições eminentemente aristocráticas, no sentido mais alto da palavra, como são algumas academias de larga e bem merecida fama. Pertence a êste número também a nobreza: sem pretender qualquer privilégio ou monopólio, ela é ou deveria ser uma daquelas instituições; instituição tradicional, fundada na continuidade de uma antiga educação. Certamente, em uma sociedade democrática, como quer ser a sociedade moderna, um título de nascença não é mais suficiente para proporcionar autoridade e crédito; portanto, para conservar dignamente vossa elevada condição e vossa categoria social, ou mais, para acrescê-la e elevá-la, deveis ser verdadeiramente uma elite, deveis preencher as condições e satisfazer as exigências indispensáveis no tempo em que vivemos.

"Uma elite? Vós bem o podeis ser. Tendes atrás de vós todo um passado de tradições seculares, que representam valores fundamentais para a sã vida de um povo. Entre essas tradições, das quais a justo título vos ufanaís, contaís em primeiro lugar a religiosidade, a Fé católica viva e operante" (1946).

Uma nobreza, ou elites tradicionais, cujo ambiente seja caldo de cultura para a formação de altas qualidades da inteligência, da vontade e da sensibilidade, e que alimentem o seu prestígio do mérito de cada geração que passa, não é pois para Pio XII o contrário da democracia cristã, mas um precioso elemento dela. Tanto difere a democracia cristã da democracia igualitária revolucionária.

Gilberto Freyre

Por motivo de seu regresso, tem sido alvo de expressivas homenagens em todos os meios pernambucanos, o eminente escritor Gilberto Freyre, representante máximo da nossa cultura.

O ilustre pernambucano se encontrava há alguns meses no Velho Continente onde foi alvo das atenções mundiais por ocasião do último Simposium a que compareceu, contribuindo, com seu alto prestígio, para a maior relevância do Brasil.

Especialmente convidado, proferiu ainda uma série de conferências nas principais Universidades européias, em cujas cátedras tem abrilhantado o progresso da Sociologia moderna.

E' motivo de júbilo para todos os estudantes a presença do querido Mestre em nosso meio.

ESTUDANTES

A POESIA E A LINGUAGEM: UMA INTRODUÇÃO

Luis de França da Costa Lima Filho

"O Earth, O Earth, return!
Arise from out the dewy grass;
Night is worn,
And the morn
Risos from the slumberous mass."

William Blake

O fenômeno artístico queda inexplicado sem que antes não se compreenda este fenômeno crucialmente vital, que é o seu criador. A arte não passaria de uma terrível surpresa a um ser amoldado noutra carne, mesmo mais impura, mesmo mais contraditória que esta nossa. Porquanto ela vive necessariamente do homem, embora, nem sempre o homem viva da arte. E, se por vezes, tanto de esfinge e penumbra ela se nos mostra, é que o seu "fabricante" já antes fôra tecido de enigma e mistério. Todavia não nos custa perceber que, essencialmente, em relação ao criador, a arte representa a síntese entre um saber *ver-sentir* (ver não apenas, mas ver sentindo) e um saber *expressar*.

Artista não é, assim, o que finge refinadamente (cuidado vão e, quando muito, accidental) senão o que descobre, portanto o que espanta e provoca riso, que o homem detesta descobertas, sempre ameaçadoras à crosta organizada dos hábitos. O artista, inconscientemente ou mesmo a contragosto, colabora com Deus e contraria outros homens, ao pretender libertar as coisas do manto das falsas simplicidades com que lhes cobriram os homens-esquemas, benditas coleções que desidrataram angústias a simples males de estômago...

Tôda expressão, por conseguinte, que aspire tornar-se artística há de carregar uma descoberta, descoberta vivida (que o artista não só observa e raciocina as suas obras, senão antes as vive organicamente) que se tornou perceptível já na côr, já no bronze, no som, quer na palavra.

Tentaremos apreciar alguns caracteres críticos (1) (não formais) da expressão estética por meio da palavra, expressão poética, lado particularizado da manifestação literária.

Se a música é esculpida na fluidez dos sons, se a linha e a côr informam a construção pictorial, a poesia nuclea a sua carga emotiva no íntimo dos termos. Sem palavras, haverá uma poesia embrionária, comparável a almas errantes que não encontraram seus corpos. Há, desta maneira, uma poesia *extra-poemática*, que se esconde nas pupilas, que murmura nos cabelos, nos acenos da saúdades (mesmo a que vive na prosa) que é elemento precedente e motivador da única autêntica, em sentido rigoroso, a que condensou em palavras o cáos de uma vivência. Porque não seria de costelas, senão que de palavras que se forma o físico de uma poesia.

A linguagem poética — verdadeiro "dialeto" de espírito ecumênico, caracterizado pelo sintetismo e poder emocional — situa-se à parte da linguagem comum, da científica, com relevância da linguagem filosófica. Na expressão comum, o termo é reduzido em sua plasticidade, a um

núcleo conceptual de fácil percepção, esteriliza-se a sua substância sonora, o vocábulo reduz-se a um simples valor de troca. A fala popular não pretende ser senão *utilitária*, escravizada ao mais fácil e ao mais rápido. Nela, as palavras gastam o encanto e o sexo, tornam-se hermafroditas. Enquanto que o cientista e, em particular, o filósofo lutam por reduzir a imprecisão vocabular, ajustando-o a um conceito, o seu tanto rígido, a ponto de surgir um áspero jargão científico.

O filósofo "afila" as palavras "para convertê-las em conceitos da maior energia e precisão possíveis".

O poeta distingue-se do filósofo pelo quanto se transmuta a sua intenção. Se este pretende ajustar as palavras ao pensamento — sem a qual precisão, a filosofia seria um mito — quanto ao poeta, muito ao contrário, são as idéias que têm de aceitar as palavras, saturadas das suas disponibilidades rítmicas, plásticas e significativas. Enquanto, na ciência, o interesse se particulariza no significado, a poesia abrange o aspecto sonoro, dinâmico — aquilo que de musical reside no termo — ao puramente cognoscitivo. A poesia é a arte das palavras com ritmo; conceito que não era surpresa para Mallarmé: "Mon cher Degas, ce n'est pas avec des idées qu'on fait des vers c'est avec des mots."

Decorre, desta maneira, a impossibilidade de apreensão do fenômeno poético sem compreender o valor, que nele é decisivo, da palavra, notadamente em épocas, como a do século XX, em que se aspire uma arte menos impura — desde que a pureza absoluta assemelha-se utopia — exaurida de elementos prosáicos, retóricos e enfáticos.

O termo que foi mutilado e morto, pela forma do uso cotidiano, torna a vestir encanto nas linhas do verso: "To shade and knit anew the patch of words/Left by the dead who, in their moonless acre/Need no word's warmth/(Dylan Thomas). (3) Não que afirme a inexistência ou inutilidade das idéias, dos "leit-motivs" na poesia, seria um absurdo mesmo em principiante apenas, que estas ficam subordinadas ao peso do termo que as exprime. Na poesia, sobreleva o *como* está dito ao *que* está dito, a expressão à idéia. Assim tanto, que toda autêntica é intraduzível ou tende à intraduzibilidade. Na poesia, não resta lugar para os sinônimos, cada termo é êle e não comparável a nenhum outro.

Intraduzíveis são estes dois versos de Manuel Bandeira: "Uns tomam éter outros cocaína,/ Eu já tomei tristeza hoje tomo alegria./ (4), entre os novos de língua inglesa, o de Peter Viereck, que vale por uma definição: "Art, being batender, is never drunk." (5)

Enquanto um texto científico, ou mesmo alguns de prosa literária poderão ser esquematizados, de modo que se distingua os seus tópicos com outra forma, porventura mais clara e acessível, um poema perderia a sua veracidade encantatória com outra qualquer arrumação que pretendêssemos. **Na poesia, a palavra não é somente meio de referir uma experiência, senão**

que ela mesma é uma experiência de vida para o criador.

Dai que o poético há de ser captado com os seus termos e sutilezas próprias; ritmo, sinestesia, cromatismos, onomatopéia. Todo poema nasce de um tatear mental as curvas das palavras.

O poeta é assim, como um pequeno redentor da linguagem, surgira para redimí-la: "Penetra surdamente no reino das palavras./Lá estão os poemas que esperam ser escritos" (6) diz o itabireense Carlos Drumond.

Duas ordens de obstáculos obstruem a busca poética. Nas lutas, sem garganta, que interiormente se travam, sem flashes, nem repórteres, a sintaxe, a tradição, a própria convivência social são forças hostis, tantas vezes insolúveis à gênese da expressão poética. E, comumente, estes conflitos, desnutridos de heróis, mais se encarcenam quando o desordenado protético, intercruzamento de idéias, ritmos, linhas, côres, que é a mente do criador, não encontra possibilidade de expansão tornam-se insuficientes ou anacrônicos aos novos impulsos criadores, nada senão resta que coragem para desprezá-los, ou melhor revigorá-los. Dodecafonismo, "concretismo", cubismo, dadaísmo, futurismo, a enciclopédia pasmante dos nossos ismos, não são parentes, nem sequer bastardos, de intenções, como as da moda, ora pudica, ora atrevida, insinuando mais, escondendo menos, nem semelhante ao mais ousado salto de trapezista circense, que a arte não é capricho, nem argumento de dandis ou problema de sofisticados, mas necessidade imperiosa, que em uns poucos, se uniu à **capacidade**.

Ainda desconhecemos o mecanismo da criação, e dos criadores mesmo o quanto de auto-confiança e despreendimento se lhes exige, afim de que abalem os madeiramentos consagrados, contrariando conservadoras arquiteturas, numa ânsia de experiências ou teorias, relevantes de novas formas de viver e pensar.

Na poesia, é que se encarece este combate de articulação estética, em virtude do seu próprio veículo expressional. A linguagem, bem ao contrário dos sons, das côres, é **naturalmente** anti-estética, porquanto, pelo uso comum, ela apenas conserva um caráter referencial a alguma coisa pré-existente (transposição escrita). As palavras "convertem-se em moedas", reduzem-se a conveniências e práticas utilitárias.

Quando o artista dispõe-se a limpá-las dos andrajos, ela luta e se esquiva, tamanha é a carga dos lugares-comuns a que se acostumou.

Porque as palavras também pecam e se mancham e criam complexos, pelas mãos dos homens. Sobrepujar os preconceitos dos vogais e os complexos nutridos por toda palavra, do querer ser sempre dura e indevassável é conquista exclusiva dos amigos poetas. Ao contrário, os sons e as côres mantêm a sua primitiva expressividade; desde que não são gastos e repisados por todo um povo, a cada dia, conservam, me parece, o seu caráter sugestivo e são facilmente simbólicas. Tanto assim que a livre associação de idéias é freqüente por meio dos sons, com a música, tanto quanto o é pelo cheiro e pelo gosto. Por outro lado, a natureza, tão hábil em fornecer painéis, ou mais exatamente, quase painéis, em matéria poética, entretanto, só o é de inspirar. Por razão da anti-expressividade comum nas palavras é que se explica a maior propensão dos poetas às formas herméticas, oclusas do trobarclus (não é esta a única **causa geral**, o próprio lado musical, sonoro do termo concorre).

De outra face, o problema assume uma procedência social, como as palavras são utilizadas por cada um, ninguém admite que possa não as

entender, como o pai que pasma ante a rebeldia extra-programa do filho dócil; não percebem as disponibilidades adormecidas nos seres mesmo inanimados; esquecem que o mais íntimo de um pode ser-lhe o mais estranho. Pensam as pessoas terem adquirido foros de propriedade — talvez por um amaneirado usocapião — sobre os termos desvirilizados e acusam os poetas de serem uns beberrões que não conheceram gramática... Reflitamos que o conhecimento usual do termo não manifesta, por si, sequer possibilidade de apreensão poética. Em vez da gramática, o que é essencial para o entendimento poético, afinal, de toda **manifestação artística**, é a sensibilidade. Mas, freqüentemente, confunde-se sensibilidade com sentimentalismo, da mesma forma que o religioso passa por beato. O sentimentalismo é uma forma primária da sensibilidade, que tudo borra e confunde num vermelho grosso, de mal gosto. Porque Musset, Vigny, Longfellow ou, entre nós, o bondoso Casimiro foram inveterados sentimentais, todo poeta tem, assim como de usar colarinho sujo e ar desvairado, de sê-lo... Mesmo o sentimentalismo é fácil e "todo mundo tende a não ler mais aquilo que todo mundo poderia escrever", já percebera Valéry no início do século. (8).

E esta irritação tende modernamente a crescer. A arte nova é uma arte de profundas sínteses que alimenta a formação de castas. O povo, o "bom burguês", todo incapaz de "sacramentos artísticos" embravecidamente clamam contra uma minoria dotada de sensibilidade. Não que a arte moderna seja, por espírito, anti-democrática; o que sucede é uma evolução muito rápida para uma absorção muito lenta. "Meus olhos têm telescópios/espiando a rua, espiando minha alma/longe de mim mil metros/"(João Cabral (9).

Há uma visível depuração na arte moderna. Na literatura, o adjetivo e a metáfora emancipam-se do estado de preenchedores verbais, aglomerado de letras insufladoras de falsas curvas no corpo de idéias, castamente anêmicas, associada a uma tentativa de maior universalidade.

De tal sorte, do humano é captado o núcleo essencial, mas o que seja accidental, particularizado ao extremo, volatiliza-se e soa a saúde. Enquanto o artista do século XIX negociava com os sentimentos, "a arte nova, observa agudamente Ortega y Gasset — é uma arte artística" (10). Todavia foi o mesmo profundo Ortega quem estranhamente falou numa desumanização da arte vinteano, quando antes a encontro **menos centralizado** no homem, mesmo porque o homem não esgota o universo.

O abismo entre o gosto popular e o artista contemporâneo concede conseqüências sociológicas que não vêm sendo acuradamente cuidadas. Uma ideologia política que excomungue as manifestações novas, teimando num tradicionalismo inatual, agradará, com diplomática habilidade às massas, ao "nouveau riche" e, mesmo talvez, a grande maioria da juventude, caso não haja uma laboriosa difusão da arte moderna.

Não se desconhece, todavia, os impulsos anárquicos e extremos falsos que, muitas destas tendências encerram. Afinal, nenhuma experiência histórica parece bastante a que, nos movimentos, sejam impossibilitados os excessos. Dadaístas e surreclistas sucederam-se nos ataques à literatura, embora paradoxalmente não fôssem capazes de se manifestar senão por vias literárias. A poesia, segundo mais recente escola, tornar-se-ia autônoma do gênero literário, desprezaria o quanto a palavra tem de sentido comunicativo, girando num desassisado "non sense". Música, com tecitura de palavras, espúria arte, no entanto, pois

reduziria os termos a simulacros de sons. Nenhum imperialismo, mesmo nas artes, é cabível.

A criação, particularizando a poética, é um ato orgânico, de crescimento intrínseco. Os poetas não retiram os seus temas de fora, porque então eles deixariam de ser uma necessidade; tudo que está fora de um não é sentido como necessário. O modulamento poético é uma arrumação vivencial, que, por conseguinte, sabe a sangue e a suor. Quanta Beatriz insuspeita anda suspensa em estrofes, quase cristalinas?!

Tendemos a penetrar nas coisas logicamente, porém a arte, que rompe o cerco do **coerente natural** que se nutre da inconsciência e comercia com a desordem ("Mesmo para o criador o menor esforço parece envolver **comércio com a desordem**, diz Brewster Ghiselin) (11) fica perante semelhante intento, forçosamente desconhecida. Amor, depurado em sensibilidade, é passaporte exigido ao templo das artes.

A arte, explodindo num paroxismo de necessidade — Gheorghiu escreve o libelo da Vigésima-Quinta Hora num campo de prisioneiros norte-americanos, lembremo-nos da estética rilkeana, diluída com o nome de cartas — e, germinante em regiões as mais remotas da mente, flagra o homem — em especial a arte da poesia — no que lhe resta de mais oculto e profundo. A arte proporciona o último meio de conhecimento do homem. Daí a positividade de uma aplicação psicológica e, ultimamente, psicanalítica. Como as aspirações das épocas são abordáveis pela leveza ou negrura dos temas artísticos, pelo tradicionalismo ou revolução nos cânones formais. A arte é de uma absurda autenticidade.

O homem, que socialmente se reduz a disfarces, maquilando-se de pureza, aqui de cortezia, mais além de volúpias, fingidas virilidades, que se veste conforme a côr do meio (bailarino da música da maioria) se artista, seu embuste terá as mãos amputadas.

Uma linha ainda finge, provoca dubiedade, entretanto a obra despe o autor, mesmo que êle relute e dobre esquina. Pois, ou o homem autêntico surge e a arte é provável, ou o "eu social" impera e nada é possível senão mudança de máscaras. A última confirmação dá-nos ainda o filósofo, voltado à análise poética, Johannes Pfeiffer: (12) "O que proporciona maior claridade e consciência das raízes do ser não é o esforço mental — impreciso o termo **mental**, culpa talvez do tradutor, melhor diria **esfôrço consciente** —

senão o dom de poetização simbólica e não é não por meio de uma generalidade de ordem conceptual, senão por uma unidade de ordem imaginativa."

A expressão bíblica: "A letra mata, o espírito vivifica", desgosta ao poeta, enquanto seja como um grito de eterno mal entendido, pois não lhe concede a justa exceção. A letra mata, é certo, mas porque antes foi morta, e se alguém consegue redimí-la antes é a dissociação letra-espírito quem fenece. A letra volta a vestir-se de espírito, a simular eternidade. Diz a geometria ser o círculo quadrado impossível, mas, em poesia, o espírito se "**enquadra**" com a letra.

(1) — I. A. Richards distingüe, na crítica de arte uma "parte crítica" da "parte técnica", aquela descreve o "valor da experiência" e esta se ocupa do objeto.

Principles of Literary Criticism, 1952 — 13.^a edição, Routledge & Kegan — Paul — (London).

(2) — Johannes Pfeiffer, *La Poesia, hacia la comprensión de lo poético*, tradução do Fondo de cultura Economica, — Mexico, 1951.

(3) — *One Hundred Modern Poems*, A Mentor

Book, — 2.^a edição — 1952.

(4) — Manuel Bandeira, de "Libertinagem", incluído em *Poesias*, Livraria José Olympio — 1955.

(5) — *One Hundred Modern Poems*, obra citada.

(6) — Carlos Drummond de Andrade, de "A Rosa do Povo", incluído em *Fazendeiro do Ar & Poesia* até agora, 1955.

(7) — Richards distingüe linguagem referencial da emotiva, capítulo *The Two Uses of Language*, — obra citada.

(8) — Paul Valéry, *Politica del Espiritu no ensaio yo le decía, aveces, a Stéphane Mallarmé...* pag. 127, Editorial Losada, 2.^a edição — 1945.

(9) — João Cabral de Mello Neto, *Pedra do Sono*, incluso em *Duas Aguas*, — Livraria José Olympio — 1956.

(10) — Ortega Y Gasset, *La deshumanización del arte*, Espasa-calpe Argentina S/A — 1942.

(11) — Introdução de Brewster Ghiselin para "The Creative Process", A Mentor Book — 1955.

(12) — Johannes Pfeiffer — obra citada.

O PROFESSOR

(Conclusão)

de muitos reflexos encandeia as vistas menos penetrantes e fortes. Difícilmente um professor dêsse gôsto metafísico equilibra-se no meio fluido das suas idéias abstratas como em terra firme. O que é importante para o adolescente que o escuta.

Ao professor não basta dizer, não basta explicar. É preciso dizer sem nenhuma hesitação, explicar como se a contingência do êrro não o atingisse. Daí ser tão comum a um velho professor tratar tôdo mundo como se tôdo mundo fôsse seu aluno. Conversando, escrevendo, falando de público o seu dogmatismo de opinião tem a mesma solenidade magistral. Compreende-se: afirmar é o seu ofício. A escola é um centro de afirmação.

Para duvidar o aluno não precisa de mestres. Para êle mesmo escolher entre vários caminhos, acertar entre várias hipóteses, decidir entre várias opiniões não precisa de um regime escolar. Nunca por isto mesmo achei justo o desdém de Nietzsche pelos seus alunos, um desdém a que se misturava uma boa dose de despeito. E' que Nietzsche queria ensinar como escrevia ou pensava — tudo cedendo à razão filosófica e nada à razão didática. Os alunos viravam uns sonâmbulos nas suas aulas.

E foi o que aconteceu também com Gogol. Gogol, o homem que nos seus romances vivifica até os mortos, uma vez na cátedra o seu gênio só parecia sumir-se como esterilizado pelas exigências do raciocínio pedagógico. E essa disciplina é absolutamente necessária. O gênio do professor é o gênio da definição que é um gênio capaz de devorar a vida, mas de um racionalismo perfeito.

CONSIDERAÇÕES AOS JOVENS EM

GILBERTO

Meus jovens amigos: E' de praxe que na hora da entrada dos recrutas para as fileiras lhes falem os veteranos das experiências que adquiriram e das observações que recolheram. Esmalte as suas congratulações e profaças de conceitos, ponderações e advertências sôbre o caminho a percorrer, os obstáculos a transpor, as dificuldades que desafiam a inteligência, os êrros que cumpre evitar, as alturas a atingir. Venero muito estas práticas tradicionais. Mas conselhos não dou, como sabem os leitores do mais recente dos meus livros. Velho de juízo ao meu ver é aquêle que em vez de dar, recebe conselhos dos jovens. Pois a êsse é que cabe a ventura de crer na ação e nas possibilidades do esforço. Eles é que recebem na sensibilidade vibratil aos contactos da vida, o toque anunciador do futuro. Na sua vitalidade, o jovem, ao descortinar o horizonte, ao avançar para as distâncias e atestar-se com os acidentes da viagem, confiado na sua fôrça, sorri com alvoroço às tentações do desconhecido. O conselho é fruto da experiência vivida. O jovem tem que viver vida nova, afrontar circunstâncias diferentes; é bom que o faça incondicionado pela experiência alheia.

Em centenas de publicações ser-me-ia fácil colher, aqui e ali, um florilégio de ditames, sentenças e regras que vos servissem de guia ou de roteiro na caminhada que ides empreender. Tal sinopse, sumário de normas ou síntese de noções, encontrareis em qualquer dos livros apropriados que de certo já lêstes ou estais em via de ler. Não vos levarei, outrossim, numa das habituais excursões ao passado com o fim de vos edificar sôbre os nossos triunfos, exaltar os nossos feitos e pôr uma nova coroa ao pé dos monumentos de que com justiça nos orgulhamos. Sôbre êste ponto tenho algo a dizer-vos de direto e de próprio. Sou contra o exagerado culto do passado em que nos embevecemos e que tanto destôa, ao meu ver, da mentalidade que nos reclama a hora exigente do mundo moderno, a realidade ávida dos nossos dias. Poucos países se ocupam tanto do seu passado como êste nosso país menino, nascido ontem. Teríamos herdado de Portugal, talvez, êsse nobre e obsoleto hábito de exaltação do

que já fomos. Mas em Portugal hay motivo... E' história muita a história de Portugal. Seu passado é sua grandeza; em grande parte mesmo sua razão máxima de existir. Mas no instante histórico em que o presente e o futuro nos pesam tanto sôbre os olhos, avassalando-nos o espírito, em que se balança num jôgo trágico o próprio destino da espécie, quando do seio do planeta aranca o homem elementos que o laboratório transforma em agentes de vida ou em obreiros de morte, não para um país, mas para todos os países, não para um continente, mas para todos os continentes, quando nos cumpre, não só para viver como para sobreviver estar de espírito alerta sôbre o presente, insistir na evocação e culto ao passado se me afigura, sobretudo para as nações jovens, uma puerilidade sinistra, uma mágica tôla. Já falamos demais do passado do Brasil cuja história, afinal, consiste apenas no processo comum a todo o país de formação semelhante, na adaptação de colonos a novo habitat, em que com poucas variantes, se repetem as aventuras, os azares, os sucessos, os episódios inerentes a tôda a migração de levas humanas das metrópoles colonizadoras aos territórios do ultramar. O passado entope certas nações: dir-se-ia que lhes estrangula a voz na garganta ao ponto de emudecê-las quase, levando o observador superficial a concluir que não têm elas mais o que dizer hoje.

Em certos países densos de história, procuram os intérpretes servir-se dela como ensinamento das novas gerações, para captar nos fatos extintos a origem dos seus efeitos remotos, o passado como lição, não como vanglória. E' o que felizmente já estão fazendo os nossos modernos historiadores, os nossos professores de historiologia, como os nossos sociólogos, empenhados nos estudos das bases políticas e sociais da nossa formação, das instituições matrizes de onde provêm a nossa organização familiar, os nossos engenhos, as nossas fazendas, o meio onde se operou o encontro das raças e fermentaram e se ultimaram suas miscegenações e assimilações, e outros fenômenos não só da biologia como da química social. Tenderiam êsses esforços — e êsse seria o meu voto — para nos abrir os próprios olhos sôbre a nossa

PROCURA DE UMA CARREIRA

AMADO

realidade e nos surpreender no hábito que nos é tão dolorosamente próprio, de sonégá-la, disfarçá-la, escamoteá-la, com efeitos tão danosos. Se tivesse tempo de escrever antes de chegar ao fim da vida, um têrço das obras que tenho projetadas ou alinhavadas, uma que eu não desejara morrer sem concluir e publicar teria por título: "História da Objetividade e da Inobjetividade no Brasil". Pegaria os fatos reveladores de uma e de outra, exaltando-me com aquêles em que nos revelamos conscientes das relações de causa e efeito entre os fenômenos e entristecendo-me com os completamente opostos, que nos mostram cegos, burlando-nos a nós mesmos, e aí de nós, sem motivo mesmo vil, à tôa, por uma espécie de doença, por uma incrível e inexplicável moléstia, que nos gruda os olhos no vago e nas nuvens e no-la fecha diante da estrada que se estende diante de nós. Sugiro-vos êsse tema a qualquer de vós para a hipótese de desocupação nas longas estações em postos longínquos da carreira. Seria interessante, por exemplo, reconstituir as tentativas frustradas daquêles raros que desde o comêço da monarquia olharam para os problemas não como ebulições transitórias do instante, mas como sequências lógicas a ser previstas e calculadas de antemão. No que não deveríamos insistir é na exibição e exploração romântica de "epopéias" de um povo que não existiu politicamente até agora e que só agora politicamente começa a dar sinais de existência. Nossa história não passou de uma cócega de superfície, marcha de um batalhão de formigas, como já penso ter dito uma vez, na crosta do terreno. Reduz-se a uma espécie de erupção cutânea, a movimentação de personagens, a figuração de comparsas brilhantes, juxtapostos ao país, não emergentes dêle, representando, traduzida no verbalismo liberal, a ideologia das nações maduras advertidas dos interesses próprios. O Brasil no século da sua formação, o XIX, não usava linguagem sua. Nem uma palavra saída dos seus chefes e guias, que fôsse do Brasil; tôdas, com raríssimas exceções e em raros momentos, não passavam de tradução dos empenhos alheios incorporados ao parolar dos nossos par-

lamentos de papel carbono *avant-la-lettre*, antes da máquina de escrever.

De qualquer maneira não é no passado inexistente que deveis procurar elementos de direção. Prática e fundamentalmente não há lições para vós, nos seus pretendidos ensinamentos. O que me interessa é vos ver articulados à obra do futuro, à construção do Brasil que deve ser. Há quase trinta anos já dizia eu em páginas que se encontram no "Grão de Areia":

"A verdade é que estamos tão no comêço que sem exagero se pode dizer que para nós em comparação com o que poderemos ser, agora é que o mundo principia. Achamo-nos na primeira semana da criação, ainda aturdidos pela luz do Gêneses".

— Eis o modesto presente de padrinho pobre que vos quisera oferecer e que em duas palavras resumo: Aderir à vossa tarefa! Êste é o dever que vos dita, ilustra e proclama a memória do homem sob cuja égide vos constituistes e cuja glória serena e exemplar vos banha de tanta luz.

Honrado êste preceito, cada um de vós, o mais talentoso como o mais modesto, equipara-se a Rio Branco, engrandece-se como êle, e pode, nos limites da sua ação, aprofundando-se, realizar em plano diferente, é certo, dada a diversidade de circunstâncias, obra tão valiosa. "Aderir à tarefa"! Lembrai-vos bem. Só um prazer, em verdade vos digo, meus jovens amigos, verdadeiramente alagador do coração, extreme de mescla, nos é dado: êste de fazer bem o nosso trabalho, de cumprir direito o nosso dever. Nenhum se lhe compara, vô-lo repito. Tudo mais passa, deixando sabor incerto e confuso, mas a satisfação de haver feito o que se devia fazer, o contentamento mágico dessa compensação que nos inunda, fica em nossa sensibilidade, durando e ressoando inextinguivelmente.

O Barão foi grande porque tendo de executar uma tarefa, abraçou-se todo com ela. Para levá-la a efeito, preparou-se, ajuntou suas fôrças, multiplicou-as.

Dir-me-eis: mas nem todos podem ter a capacidade e os dons inatos de Rio Branco. Respondo: todo brasileiro que puser na aplicação de servir a sua pátria o mesmo sentimento do Barão, pode não atingir a culminância a que êle ascendeu na esfera das realizações do seu patriotismo, mas estará dando ao Brasil tanto como êle deu, o máximo de si mesmo, o seu conforto próprio no exercício da função mais obscura, como na prática do ato mais insignificante, será tão vasto e profundo quanto o que apaziguou e alegrou o coração imenso de Rio Branco.

Êste era o ponto que desejava acentuar, meus jovens amigos, um secretário de embaixada, um cônsul, um simples auxiliar de consulado, no seu trabalho de rotina por mais medíocre que seja intelectualmente, pode deparar no desempenho das suas funções a compensação íntima que o grande diplomata e o maior dos negociadores encontra no cumprimento da sua mais importante missão.

Tem sido meu privilégio contar no serviço, ao meu lado, entre os colegas do Itamarati, jovens de talento, uns excepcionalmente dotados, capazes de suprir-me na ocasião oportuna não só os dados materiais como até a formulação necessária, não só os documentos de que preciso no instante da intervenção oral numa conferência ou na redação de um texto de responsabilidade, como de sugerir argumentos e aventar hipóteses condizentes ao melhor desencargo da gestão prescrita pelo governo. Mas ponho o funcionário obscuro, servidor do cotidiano, em alto plano também, se êsse servidor do comesinho, executante da prática rotineira, empenha tôda a sua alma no seu trabalho. Isto é que é o essencial, meus amigos. Não há virtude pequena. O resultado da ação pontual, metódica, segura, do funcionário encarregado do expediente, da simples distribuição de papéis, pode ter, em dado momento, tanta significação e repercussão para o bem do Brasil e o êxito de uma causa que defendemos, quanto os atos mais ostensivos e brilhantes do mais capaz dos chefes de missão. Um papel chegado a tempo, uma nota rabiscada e passada na hora ao negociador por um funcionário atento, pode salvar uma situação. Sem as rodas da rotina funcionando bem, em baixo, lá em cima nada se pode fazer de bom. Sem as molas da máquina bem lubrificadas, fraqueja o volante na sua direção. A marcha de um papel da carteira de entrada, da classifi-

cação, da distribuição às divisões, destas para o funcionário responsável pelo andamento devido, enfim a marcha de um papel, que é um fluir anônimo nos regos ordinários, nos canais comuns da administração, pode adquirir, por um motivo qualquer, determinado mesmo até por uma crise política, uma reunião no Palácio, uma mudança de orientação, sequer ainda formulada, do governo, relevância inesperada. O funcionário a cujo zêlo é confiado, não pode distrair-se dêle. Êsse papel torna-se uma espécie de rês desgarrada do rebanho, sôbre a qual cumpre ao vaqueiro velar especialmente. Numa oportunidade destas, um simples terceiro secretário pode assumir uma função de mola sôbre a qual vai girar tudo — ministro, ministério, governo, posição dêstes perante as câmaras, perante a oposição e a imprensa. O jovem auxiliar converte-se numa peça mestra sôbre a qual volve o episódio do qual pode depender não só uma situação como o interêsse supremo do país. Ao revés, o funcionário negligente, já não digo relapso, capaz de trocar um documento por outro, de não se lembrar onde deixou o texto confiado a sua guarda, pode, num simples acidente — a falta de atenção — desgraçar uma situação, acarretar um mal irremediável. O funcionário zeloso, pontual, correto, seguro, com o qual o chefe pode contar, é um "asset" enorme. Sôbre êle poderá sacar sem susto o chefe de missão, o negociador ou o delegado a uma conferência. Faço pois o elogio do funcionário de rotina; proclamo, exalto o benefício que pode prestar. Em determinadas circunstâncias, a sua contribuição oportuna equivale ao mais cintilante passe de armas no torneio diplomático. Ao revés, o funcionário desidioso, como o improvisador, o suficiente metido a gênio, congestionado de um senso illusório de superioridade, êsse não poderá senão acarretar desorganização, desprovelto, desordem e até maiores perigos. Sobretudo o funcionário impontual. Não há mérito que compense a impontualidade. O secretário que não chega à hora marcada, no momento em que é esperado pelo chefe, comete um delito para o qual não há dirimento. Nenhuma excusa resgata a impontualidade. Dados os estagnamentos e engarrafamentos de tráfego peculiares à nossa época nas grandes cidades, cumpre ao colaborador alerta ao serviço, antecipar a dificuldade de transporte e os embaraços de comunicação, prevenindo o chefe da possível demora a fim de que pos-

sam descontar ambos espera e modificações inevitáveis de horário. A alegação posterior explicativa dos empecilhos de circulação, não supre de modo nenhum a falta cometida. Entre o funcionário e o papel pelo qual é êste responsável, deve estabelecer-se um vínculo glutinoso em virtude do qual os dedos do funcionário saibam como fisgá-lo, pescá-lo ao correr da mão na urgência do apêlo. A alegação de ignorância do valor do documento não justifica a impontualidade. O chefe de missão contava com a presença do papel para um fim que não notificou ao secretário e que acaso não lhe cumpria notificar. Dêle dependia um esclarecimento que lhe era indispensável no tratamento de um caso cujos antecedentes e consequentes não estavam nem deviam estar no conhecimento do auxiliar. O atrazo e o esquecimento, quaisquer que possam ser as alegações que apresente após o mal cometido, não sanam o resultado dêste.

Tendo tocado em pontos na minha consideração essenciais e arranjado assim mais ou menos o meu presente de padrinho, enfeito-o agora, como nas nossas festas de família, com lacinhos de fita e florezinhas diversas, adminículos excusados e observações superfetatórias mas que não logro reprimir. Restringe-se êsse acréscimo, cuja frivolidade reconheço, a chamar a vossa atenção sobre perigos aparentes ou invisíveis que podem vos emboscar ou vos acometer no curso da vossa vida.

Um dêles, não grave, pois não de ordem moral, mas apenas intelectual, perigo que não chega mesmo a merecer o nome, que talvez nem seja perigo pois tantas causas o exculpam e tanta simpatia e benevolência nos inspira. Mencionemo-lo contudo. Nas longas solidões dos postos invernosos, sem grande exigência de horas de serviço, sereis levados a leituras várias, a preferências estéticas. O diletantismo, isto é, a leitura por desfastio, vos espreita. Uma vez agarado por êle, o espírito entra a errar de autor em autor, a saltar de curiosidade em curiosidade. A moda, a influência dos críticos e a propaganda vos fixarão momentâneamente em predileções excessivas. Porque gostais hoje de um poeta, começais a detestar todos os outros. Filósofo para vós, será apenas um. Escolas de arte vos murarão em proselitismos fanáticos. Desdenhareis as opiniões alheias. Sorrireis superiormente para o amigo que vos citar outro poeta que T. S. Eliot. Esqueirareis de sobrôlho vosso desprêzo pelo colega que não lê Kafka. Quando o nome

de Kierkegaard vos vem aos lábios, vosso rosto transluz uma expressão extática em que vosso **highbrowismo** se manifesta. Falais de Sartre com a intimidade de um bom íncola do Café de Flora e arredores. (Kafka era conhecido no Brasil há mais de trinta anos. Kierkegaard li-o há mais de quarenta. Ambos foram moda no meu tempo. Apagaram-se um pouco em seguida, mas o existencialismo os ressuscitou agora).

Tudo isto é ótimo... ler assim é excelente. Causa regozijo saber que os nossos estudantes afinam o gôsto nas quintessências literárias do momento. E' esplêndido que num salão de embaixada encontre a moça erudita estrangeira, mulher de um colega, inglês, francês, alemão num moreno daqui, alguém tão a par das manifestações requintadas da cultura. Mas vos sugeriria a propósito não esquecer — em hipótese nenhuma ousar condenar eliotismo, kafkismo, kierkegaardismo ou sartrismo — pois tudo é útil para o gôzo e enriquecimento do espírito — vos sugeriria não esquecer que uma vez prêsa do diletantismo, o espírito mais bem dotado, mais rico em disposições criadoras, está perdido; balança numa espécie de **amielismo**, como me apraz caracterizar o estado de hesitação em que vejo perderem-se em tentativas desanimadas logo seguidas de desespêros tristes, bons talentos capacidades certas. "Faço, não faço". "Escrevo, não escrevo"... tantas sinuosidades e crises psicológicas em que se extraviam e se esterilizam em veleidades melancólicas poderosos dons inatos. O diletantismo é uma espécie de prazer insatisfatório, como o que oferece às índoles másculas o amor platônico.

Outro perigo..., e êsse mais sério, é o de desfigurar-se na perspectiva da distância a verdadeira imagem do país, escurecida e amesquinhada pela pobreza da nossa política, mediocridade das nossas polêmicas e aspectos tolos de nossa sociedade. Vosso Brasil é o de Rio Branco, que não era melhor do que o de hoje — crêde meus colegas; — o Brasil não está perdido. Amai-o com o amor de Rio Branco.

E aqui aprôo em angra delicada: o perigo que à semelhança do que denominei desnacionalização, chamarei de "comunismização". E' inútil ocultar o fato que em nossa época todo jovem está aberto ao poder persuasivo de propagandas extremistas. Já não me refiro àquele gênero de indivíduo que o inglês Wyndham Lewis retrata no seu recente livro, "THE DEMON OF THE PRO-

GRESS IN THE ARTS”, página 68. Extremismo, em tôdas as suas formas, tendo tudo que atrai a mocidade, exerce glamorosa fascinação sôbre certo tipo de homem. Em política é onde se torna perigosa. Tenho um amigo que é do seu natural um burguês, filho de pessoas de certa situação. Na universidade, adquiriu o hábito de falar grosso e de rascar sôbre a revolução social. Não era inteligente ou maduro bastante para imaginar a guilhotina e o pelotão de fuzilamento; não tinha lido Karl Marx. Mas todo o resto da sua vida (agora tem cinquenta anos) permaneceu uma espécie de preparatoriano comunista, simplesmente porque isto lhe dava uma idéia de superioridade que de outro modo não lograria satisfazer tão fácilmente”. Não. Não me refiro a êse gênero de tolo. Penso nos rapazes inteligentes e de bem que tornando-se comunistas teóricos podem esquecer-se de uma coisa essencial: é que na Rússia Soviética o primeiro dever do comunista é amar a pátria soviética. Os dois princípios fundamentais da estrutura espiritual do regimem são a lealdade às instituições e o culto do país. O comunista sabe que sem fidelidade aos compromissos não há pacto social que subsista. Assim, o maior delito não só no código penal como no código moral da Rússia, é a traição a êsses compromissos. O nacionalismo, nativo ou importado, não pode substituir o patriotismo. Precisa em todo caso ser bem pesado na sua essência, e o seu conteúdo verificado a fim de se lograr saber se traduz o sentimento da própria pátria, da nossa, ou interêsses, empenhos e desígnios estrangeiros. Reconhecemos a dificuldade de separar no nacionalismo — que é a forma zangada do patriotismo, a modalidade crispada do amor da pátria — o que é nacional, do Brasil, isto é patriotismo, do que é desproveito do Brasil e crime contra êle. Em tôdas as nações devemos ver a procura antes de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar; olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma óptica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência. Amar a pátria, na minha opinião, não consiste em embevecimento fácil, que se traduz e se compraz em vago louvor declamatório. Sôbre êste ponto vou ainda citar-me numa frase em que versava êste tema, conde-

nando o que chamei o nosso patriotismo de palavras “que doura tudo que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos”, a cuja falacidade opunha ou “o patriotismo que observa com rigor para levantar sôbre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor”.

Além de aspirar para o Brasil o relêvo que lhe compete e onde já devia avultar-se o orgulho de criar ocupasse no espírito nacional espaço idêntico ao que lhe usurpa a ilusão da grandeza incriada, terão as novas gerações que enfrentar desafios inteiramente insuspeitados e imprevistos, para os quais, como disse, de poucos subsídios servirão os antecedentes da nossa história e as lições do nosso passado.

Mas há um ponto claro e que pode ser expresso numa sentença breve, uma palavra antiga, pronunciada numa ocasião por um grande inglês e repetida em outra por um grande brasileiro, sentença que corta com a beleza da curva do arco-iris o céu do nosso passado: O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER.

Nesse sentido há exemplos a imitar no Brasil. Os companheiros de Barroso cumpriram o seu dever. Rio Branco cumpriu o seu. Cumprireis o vosso. O Brasil espera de vós, estudantes, seus futuros dirigentes, sustentadores da sua glória, zeladores do seu nome, propulsores dos seus triunfos, que o cumprais. Os resultados não importam — grandes nos atos do almirante e do chanceler, pequenos nos do obscuro secretário de embaixada ou de legação. O que importa é que logreis essa alegria, a mais sã, a maior, a mais pura, a única realmente incomparável, na vossa carreira e na vossa alma — a satisfação de haver cumprido o dever. Pode ser lugar-comum o que eu estou dizendo, e uma frase apenas o dito de Nelson e de Barroso. Mas também o “Padre Nosso” é lugar comum: as palavras “Minha Mãe!”, palavras apenas. O importante é a maneira porque as dizemos e as sentimos; é o estúo do coração de onde sobem.

Ao aproximar-me do termo de uma existência movimentada e vivida, bem aproveitada, até vivida demais, segundo alguns, vô-lo digo, rapazes: Tive alegrias muitas... sim, tive-as; mas também me cumulou mais o íntimo do ser do que esta que vos proponho: ADERIR À TAREFA, CUMPRIR O DEVER. Não se tra-

(Continua na página 34)

UM CRÍTICO LITERÁRIO

EDUARDO

PORTELLA

"La Poesia de Vicente Aleixandre",
Biblioteca Romania Hispanica, Editorial
Gredos, 2.^a Edição, Madrid, 1956.

Carlos Bousoño, jovem crítico espanhol—jovem para quem a juventude significa vitalidade criadora e não vacilações estéreis —, na recente segunda edição do seu trabalho sobre o poeta Vicente Aleixandre, segunda edição que pelos acréscimos e pelas modificações chega a se constituir livro novo, oferece agora não apenas um modelo de estudo crítico sobre uma poesia e sobre um estilo, porém, e principalmente, define caminhos e abre perspectivas para a sistematização da ambicionada **ciência da literatura**. Perspectiva e caminhos que para a própria estilística literária espanhola, de Amado Alonso e de Dámaso Alonso, vem significar início de um período que se anuncia seguro nas suas possibilidades. Carlos Bousoño situa-se numa linha filosófica que substitui a razão abstrata, kantiana, isenta de perspectiva vital, pela razão histórica, pela razão vital, devedora portanto de Dilthey, de Ortega y Gasset. A procedência remota da postura crítica bousoniana encontra sua explicação na obra de Herder. É um herderiano a quem não entusiasmou tanto a obra de historicista quanto a obra de linguísta do mestre alemão. Consciente, portanto, de que tão importante—ou talvez mais importante—quanto à contribuição de Herder para a "eclosão do historicismo" foi seguramente o seu esforço para que a linguística embrionária do século XVIII fôsse mais espírito que matéria. Onde Herder, porém, se identifica como verdadeiro precursor da obra de crítico de Carlos Bousoño é quando afirma que a literatura de um povo é a expressão de sua personalidade. Partindo de Herder, Bousoño muito aproveita das posteriores lições de um Bergson, de um Croce e, mais recentemente, de Vossler, de Spitzer, de Dámaso Alonso. Bousoño, como Karl Vossler, deve a Benedetto Croce muito do que de espiritualista tem a sua concepção do fenômeno linguístico. Mas se Croce entende a arte como puro conhecimento intuitivo, Carlos

Bousoño a entende como conhecimento intuitivo comunicado. E também como Vossler, o crítico espanhol separa-se do filósofo napolitano quando este se entrega à sua ortodoxia esteticista, pretendendo que o estético venha a ser não apenas o mais alto grau na escala dos valores da linguagem senão o único.

Receoso ainda da esterilidade científica que implicaria uma concepção linguística mais de caráter filosófico, Carlos Bousoño volta-se para os inspirados de Emile Durkheim, volta-se (e apesar do seu conceito de "langue" e "parole") para o mestre Ferdinand de Saussure sobretudo, para Charles Bally em parte, e em parte para Meiller, Vandryes, Sechehaye, linguístas mais sociólogos, menos ameaçados portanto de esterilidade científica. E elabora uma teoria da expressão poética. Que é científica sem deixar de valer-se do elemento intuitivo, através de uma atitude de conciliação de extremos aparentemente inconciliáveis, como por conciliação de extremos aparentemente inconciliáveis se vem resolvendo o problema filosófico do nosso tempo: unir a razão à vida. E Carlos Bousoño, a uma melhor compreensão dos linguístas franco-suiços, junta o seu apêgo à realidade, apêgo próprio da sua condição de espanhol, dotando a sua teoria da expressão poética de surpreendente validade científica. Bousoño sabe muito bem que as teorias, "si no están refrendadas por una comprobación no suelen convencer demasiado". Por isso todo o seu trabalho se move no terreno do evidente, nunca distante dele. Sabe que a realidade é muito mais rica: na realidade está o evidente e o confuso.

Situado de sua perspectiva histórica, responde Carlos Bousoño a uma pergunta que até agora se mantinha sem resposta: porque, de repente, um recurso literário aparece em determinado período, no século XX, por exemplo, e não antes? Por ser, responde êle, no século XX, e não antes, que o autor teve aquela determinada visão do mundo, precisamente a visão do mundo que motivou o aparecimento daquele recurso estilístico.

Desta valorização da cosmovisão do poeta, Boussoño vem trazer, já agora em termos mais lúcidos, a atenção do crítico para a psicologia, para a biografia do autor estudado, que a moderna crítica havia abandonado, receosa de incorrer no equívoco das tradicionais histórias da literatura, histórias que vinham desprezando a peça literária em si por excessiva, exclusiva até, preocupação pelo autor.

Através do seu íntimo convívio com o mecanismo do poético, chega Carlos Boussoño a uma conclusão que é ao mesmo tempo uma advertência aos críticos que, por excessivos pudores filológicos ou por comodidade, renegam a importância que vem assumindo a linguística no exercício da atividade crítica: toda emoção lírica vem sempre proporcionada por uma substituição sobre a língua. Observa que o fenômeno poético, o seu mecanismo, se reduz de uma maneira geral a um só processo estilístico: a substituição. Este recurso estilístico, por sua vez, se subdivide numa série de outros processos, conhecidos alguns pelas antigas retóricas, outros inteiramente ignorados até agora, todos eles importantes na tarefa de deslindamento do "porque" e do "como" poéticos. E o poema resultante desta substituição e tanto mais poético quanto mais perfeita fôr a individualização dos diferentes sinais que o constituem, e mais rico, mais vasto e mais complexo fôr o conteúdo psíquico transmitido.

Compreendendo a poesia como modificação da língua, Boussoño surpreende em toda expressão poética a participação de quatro elementos essenciais: um "substituente", ou "elemento poético reemplazador"; um "substituído", ou elemento de língua reemplazado"; um "modificante", reativo que provoque a substituição; e um "modificado", ou termo sobre o qual atua o modificador. E a expressão estética vai realizar-se, em toda sua plenitude, quando entre em contacto o modificador com o substituinte.

Com esta atitude, Carlos Boussoño quebra um preconceito, preconceito que também entre nós vem entravando a evolução do conceito de crítica: o da consideração quase sacramental do poético, aceitando-se que a poesia é um mistério e inexplicável portanto. Tendo já o exemplo de Bergson no seu estudo sobre o cômico, Boussoño não vacilou em procurar conhecer a causa remota, a

indentidade do poema. E abriu perspectivas surpreendentes para uma crítica estilística consciente, compreendendo a radicalidade histórica do escritor. Através dessa atitude frente ao fenômeno literário, vem ele estudando, com acerto admirável, poetas os mais complexos: e este estudo sobre Vicente Aleixandre é bem um exemplo. E não acreditamos que seja outro o caminho que nos conduzirá à solução da problemática da nossa crítica atual.

Considerações aos jovens em procura...

(Conclusão)

ta de lugar-comum. Trata-se de qualquer coisa tão grande e séria como o "Padre nosso que estais no céu"; trata-se de palavra chave da felicidade para o coração do homem de bem. Aderir à tarefa, qualquer que ela seja! Cumprir o dever sob qualquer forma que se nos apresente.

Sêde felizes, rapazes. O Brasil espera que cada um de vós cumpra o seu dever!

Esta frase velha tem sempre sentido novo. (Discurso no Instituto Rio Branco)

Trecho de Memórias...

(Conclusão)

sairam Múcio Leão, Barbosa Lima Sobrinho, Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, para citar apenas estes. Sem falar em Assis Chateaubriand, uma força de natureza. Todavia nenhum desses deveu nada à Faculdade. Fora da Faculdade avulta a figura de Gilberto Freyre, que contagiou a todo um mundo de escritores e artistas, de que desejo salientar, em nosso meio, José Lins do Rêgo, Luiz Jardim e Manuel Bandeira. Agamenon Magalhães foi de nossa turma. Sua vocação política o levou cedo à Câmara do Estado; depois à Câmara Federal, sucedendo-se, em turbilhão, várias adaptações de sua personalidade; sua adesão à Revolução de 30, tendo servido com tanta acomodação ao regime anterior; e em seguida o seu entrosamento na nova ordem, inclusive ao Estado Novo e tudo o mais que se lhes seguiu; voltando outra vez a acomodar-se com o regime democrático, que em algum tempo considerou morto. No domínio das idéias, não vejo que tenha exercido qualquer influência. Foi um político, que amou o poder e o serviu, até morrer. A Academia, no meu tempo, era o único lugar até onde podiam ir os que no Brasil pretendiam dedicar-se à vida pública; ao magistério; ao jornalismo; tendo a vantagem do título. Foi-nos muito prejudicial a ausência da Universidade e do seu espírito. Coisa de que se beneficiaram outros povos da América Latina; ou que assim se diga.

Sou de um tempo muito fechado, em que pouco saía, pouco se via o mundo, pensando-se talvez que éramos o centro do sistema planetário. Tobias Barreto foi o tipo desse homem fechado, apesar de suas fumaças de germanismo, aprendido e cultivado numa cidadezinha do interior. O contrário de Nabuco. O antípodo de Agamenon e Gilberto Freyre. Agamenon nunca saiu do Rio de Janeiro, não falava línguas, era homem pouco arejado. Freyre é justamente o oposto. Não quero fazer recriminações. Mas se tivesse de aconselhar aos mais jovens diria: "Não se iludam! O mundo é muito grande e muito velho. Tudo foi dito. O mais que pudermos busquemos entrar em contacto com esse mundo. Isso aclarará o nosso espírito e nos dará uma grande lição de sabedoria."

A B E C E D Â R I O

De CÍCERO DIAS

Da terra vinha uma exalação esplêndida, não sei se de bem-te-vi perdido ou erva do céu.

O Sol caminhava aos pulos pelos lençóis de cama nesse leito tão branco e tão lúcido. Suas mãos se deitavam como dois meninos paralíticos.

Ó Leonor calada.

Ó Leonor amanhecida.

Ao longe, aquelas árvores frondosas guardavam nódoas dos antigos namorados.

E que ruídos de dunas é êste, nestes teus olhos tão parados?

Pelos pés do canavial imenso corria aquêle rio pequeno, um riacho atirado, abandonado, êste meu irmão doente de minha infância, êste irmão tristonho, do engenho — ou iria enxergar o mundo por trás dessas águas tão fracas que clarearam a minha paisagem mais antiga.

Do outro lado da várzea, o açude, tranquilo, lavado, com aquela transparência de lagoa boiando saudosa nas cortinas tão alvas da sala de visitas.

Mundo... Mundão...

A mataria lá no alto se deitava roncando de noite a dentro, fazendo barulho de mar.

Era o engenho Eterno.

Eu vi o mundo — êle começava no Recife.

Felisberto de Carvalho.

Quem era êste Felisberto de Carvalho? Existiu?

De onde era Felisberto de Carvalho?

A

Água do Rio, Antônia, Maria Antônia, água adormecida, água viva, rua da Aurora, Araçá da Praia.

B

Botões de rosa Amélia, Baronesa avó, um barulho de bilros, banho de rio.

C

O falecido tio, as tranças, cheiro de cana assada, cheiro de cravina do céu.

D

Dedal de ouro, dor do mundo, Maria das Dores, Doralice.

E

Esporas de meu pai no patamar, a estrêla da madrugada, a Estrêla-de-Alva, enfim a Estrêla Estreliana.

F

é a família na foz do rio, infelicidade.

G

é o bôlo de goma, colarinho engomado, pode ser sol: girassol.

H

Harmonia, Hamor, Herva cidreira.

I

Ilheta, Ilhota, Ilha do Martírio, Ilha enxuta com a irmã adormecida.

J

é Jundiá, capital da minha infância.

K

pode ser planta e algas marinhas.

L

Lagoa Grande dos Sete Braços.

M

é Maria Madrugada, e é Maria Iluminada.

N

Navio que partiu, navio que não chegou, navio deitado na praia branca, noite, noiva, novena, alvorada — N é o Navio.

O

é ô Lindaura, mas é Olinda também.

P

Sons de pífano, pulseira, papel rosado e roxo.

Q

é quase a amada amarga.

R

Rosa Amélia, Resedá, rainha dos mares.

S

essa saudade do bafo e do hálito de alecrim ainda pegado ao corpo da sua mãe morta.

T

é a voz de Dulce, é a voz do cometa.

Não vi mais aquela boiada caída, pesadona, como montanha de pedra nas campinas abertas do engenho.

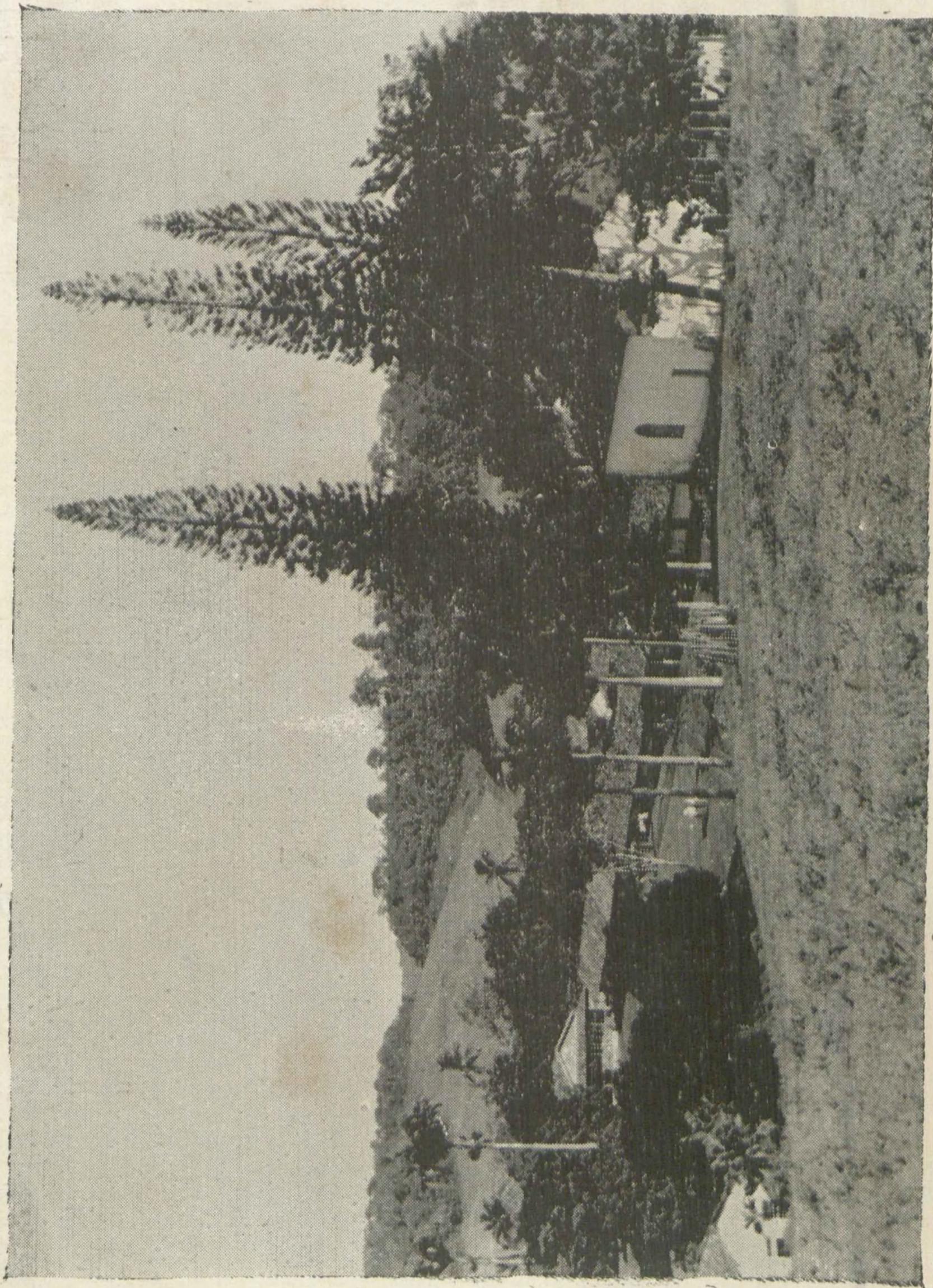
Não chegou mais aquela chuva, cheia de aconchêgo soprando uma friagem pela telha vã mergulhando tudo numa sonolência que era para se esquecer o mundo.

Já se sentia a saudade do litoral que invadia à noite, o engenho, e que parecia uma noite de mar.

Esta noite, neste quarto de teijolão vermelho, vivo de umidade. O mais, com o tempo, eram pensamentos de irmãos mortos que nos vinham como visões de penínsulas à tarde.

Com o tempo... êstes engenhos mortos, engenhos roubados, esta dor tão grande rasgando o chão da terra.

(De "Jundiá" — romance autobiográfico de Cícero Dias, Paris)



ENGENHO CONCEIÇÃO MAL-ASSOMBRADO

